

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



# REVISTA MUNICIPAL

ANO XIII - NÚMERO 54 - 3.º TRIMESTRE DE 1952

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso .....	12\$50
Números duplos .....	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) .....	40\$00



DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 63, 2.º — Telef. 2 5711



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa

Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 8 2174



# REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O  
DR. JAIME LOPES DIAS

•  
ASSISTENCIA GRAFICA  
JOSE ESPINHO

•  
DESENHOS DE  
BERNARDO MARQUES,  
CARLOS RIBEIRO,  
JOÃO ARAÚJO  
E JOSE ESPINHO

•  
CAPA DE JOSÉ ESPINHO

# SUMÁRIO

MARIA BRACK-LAMI BARJONA DE FREITAS	<i>OS LIVREIROS DA LISBOA QUINHENTISTA</i>
L U Í S C H A V E S	<i>NOTAS DE ETNOGRAFIA — CARROS, CARRINHOS E CARROÇAS DE LISBOA (TRANSPORTES DE TRACÇÃO ANIMAL)</i>
S O U S A G O M E S	<i>UMA IGREJA DO SÉCULO XI EM LISBOA?</i>
RODRIGO DE MELLO	<i>LISBOA, GRAVADA NOS DISCOS</i>
J O S É E S T E V A M	<i>A POMPA NO REINADO DO MAGNÂNIMO E O LITIGIO DA CASA DO INFANTADO</i>
ARLINDO DE SOUSA	<i>A N T O L O G I A D E L I S B O A A V O Z D A C I D A D E A C O N T E C I M E N T O S C I T A D I N O S S E C Ç Ã O J U R I D I C A B I B L I O G R A F I A</i>
HORS-TEXTE	<i>LISBOA VISTA DO VALE DO PEREIRO</i>



N.º 54 ~ 3.º TRIMESTRE ~ 1952

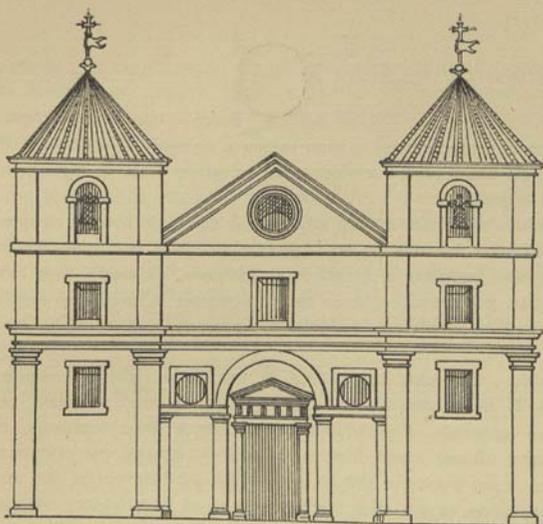


COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS  
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES





IGREJA DE SANTA CATARINA, DA CORPORAÇÃO DOS LIVREIROS DE LISBOA

Assinatura de Pero Nunes empreiteiro da reedificação da igreja. Foi a 1 de Junho de 1672 que reunia a confraria para dar a empreitada da obra

O «fac-símile» da assinatura de Afonso Alvares, mestre das obras d'el-rei, sendo quem presidiu à reedificação da igreja

# OS LIVREIROS DA LISBOA QUINHENTISTA

O presente artigo vê a luz da publicidade já depois do falecimento da sua autora, em 18 de Julho, inesperadamente, na cidade do Porto.

Colaboradora desta *Revista*, onde publicou, no número 35, o artigo *A terceira freguesia católica de Lisboa e a sua sede*, a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria Brak-Lamy Barjona de Freitas era uma investigadora de mérito e trabalhadora infatigável. A *Revista Municipal* rende-lhe a sua derradeira homenagem e apresenta o mais sentido pesar a seu desolado marido.

Quando o uso dos caracteres móveis facultou a divulgação do pensamento humano, o livro passou a ter notável incremento. Para a sua arquitectura foram criados vários officios servindo artes privativas onde se erguiam no plano máximo a composição e a impressão.

Embora tenham sido feitos estudos sobre vários ramos do livro, a composição e impressão têm sido as modalidades interessando especialmente os intellectuais que vêm procurando quem nesses tempos recuados imprimia os livros, os encadernava, os vendia — os livreiros. Mas, pela evolução das línguas, pela modificação de usos e costumes os vocábulos sofrem grande alteração no sentido primitivo, originando confusões e controversias. É o que se tem dado com este termo — *livreiro*.

Como é sabido, até quase aos meados de quinhentos, editores, impressores, encadernadores, mercadores de livros, constituíam uma só classe. A pouco e pouco, sem data fixa, as profissões foram-se separando. Especialmente nos começos dessa separação, torna-se difficil — muito difficil — poder afirmar quem fossem os livreiros, aqueles que encadernavam os livros, para o que faziam o seu exame, e tinham autorização para os vender por miúdo, ao público. São estes e os impressores os que mais têm preocupado os investigadores mas a situação é confusa fazendo, nos nossos tempos, um autor apresentar determinado livreiro, outro vir dizer que não: impressor é que era — e ambos têm razão.

Há, no entanto, uma orientação segura, positiva, irrefutável, mas não tem sido seguida: é considerar livreiros apenas os designados assim em documentos coevos, que temos de aceitar sem discutir, pelo rigor que havia na classificação de artes e officios. Estão neste caso: privilégios — nomeações — designação nas obras impressas — ou os indicados como *livreiros* nos registos da sua confraria, a *Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina da Corporação dos Livreiros*.

Desejando contribuir, na medida do possível, para se repor no devido lugar uma situação que anda confusa, procurei novas fontes, documentação básica, pelo menos para Lisboa — os registos da irmandade dos livreiros.

Debrucei-me, comovida, para os venerandos registos ungidos pelos séculos, de onde parece evolvar-se ainda o místico odor que se desprendia das *caçoilas* onde se queimavam perfumes aos pés de Santa Catarina; das rosas que em grinaldas a envolviam, e das flores ofertadas aos devotos no dia da sua festa; dos círios bentos ardendo no altar da doce padroeira dos livreiros. Compulsando esses registos, procurando entre a emaranhadíssima escrituração, nos restos ainda existentes, tive a felicidade de encontrar elementos inéditos e recolhi o nome de quinze ou dezasseis livreiros quinhentistas desconhecidos, que se envolviam nos hieráticos pergaminhos, adentro do silêncio religioso dos velhos códices pois, que eu saiba, só aí figuram o seu nome, a sua assinatura, os cargos directivos de alguns.

Trabalhei com devoção, respeito e amor. Consegui reconstituir a acção exercida na Irmandade por muitos dos livreiros conhecidos; aclarar pontos confusos, desfazer erros que se têm espalhado, podendo assim estabelecer uma lista mais vasta e absolutamente segura — digo *segura*, não digo *completa* — dos livreiros da Lisboa de quinhentos pois só a estes me referirei, dado a sua Irmandade ser uma instituição genuinamente lisboeta e que nos merece um carinho especial por quanto essa Irmandade, pela sua constituição, pelo seu funcionamento, pela sua actuação, foi como a precursora das academias literárias que depois se criaram.

Foi tão marcado esse carácter que, em 1863, ao substituir-se o compromisso, o Juiz da Irmandade, Visconde de Fonte Arcada, fazia inscrever a Irmandade com o título *Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina da corporação dos livreiros e homens de letras*. O capítulo 2.<sup>o</sup> determinava que os irmãos teriam de exercer «a profissão de livreiros ou *literária*».

Tendo sido a documentação da velha Irmandade dos livreiros a nova fonte a que recorri, a ela especialmente me reporto mas não deixando de citar também os livreiros já conhecidos, de quem exista documento comprovativo de serem livreiros, para estabelecer um estudo de conjunto e porque se torna interessante conhecer a actuação adentro da Irmandade, dos livreiros que em quinhentos a ela pertenceram.

Não tenho a veledade — nem a pretensão — de apresentar trabalho completo: apenas modesta contribuição venho trazer a este conhecimento dos nossos livreiros antigos, no qual se têm empenhado nomes ilustres nas letras portuguesas.

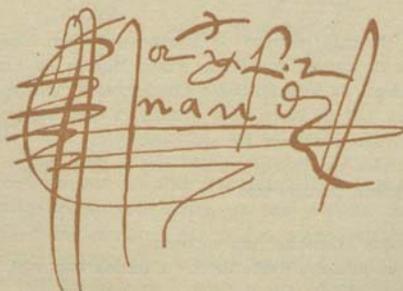
Ao esforço dos meus brilhantes antecessores, no estudo deste assunto, presto as minhas homenagens.

★

Vamos iniciar o desfile de livreiros que, *de certeza*, actuaram na Lisboa de quinhentos e que vou ter a honra de fazer perpassar ante os leitores:

JORGE FERNANDES — Foi a pena elegante de Matias Lima, historiador-poeta, a primeira a trazer de um maço do *Corpo Cronológico* até ao conhecimento público o nome de Jorge Fernandes que lá estava adormecido num recibo passado a 31 de Janeiro de 1517. É, que eu saiba, o primeiro que figura unicamente e de maneira terminante com o título de livreiro: «Digo eu, Jorge Fernandes, livreiro»...

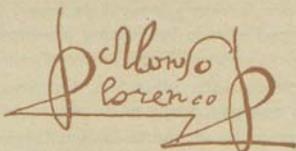
A sua assinatura, que reproduzo, tem estado inédita.



AFONSO LOURENÇO aparece em 10 de Fevereiro, 1523, editando o *Manipulus Curatorum*. Em 17 de Maio de 1542 arvorava orgulhosamente nas suas edições — *Livreiro da Rainha*. 7

Reproduzo a sua assinatura do recibo passado a 15 ou 16 de Junho, 1538, em seguida ao mandado de pagamento de 31 de Maio desse ano, que se encontra no *Corpo Cronológico*, parte I, maço 61, doc. 105, a que Sousa Viterbo se refere, mas sem a data do recibo.

Deve ter morrido em 1549, segundo se depreende da nomeação de João de Borgonha.



Luis RODRIGUES, 1530, livreiro do Rei, editor, com tipografia própria, pois foram bastantes as obras em que figurava o elegantíssimo dragão, enroscando-se na haste onde se prendia a cartela com o seu nome e flutuava graciosamente a fita com a sua divisa: — *Salus y Vite*.

Teve diversos privilégios de impressão.

Em Maio de 1546 deixava exarado, no *Norte de Confessores* — «livreiro do Rei Nosso Senhor e *escudeiro* da sua casa».

De resto, a nobilitação dos livreiros era lei desde 20 de Fevereiro de 1508:

Quando D. Manuel concedia a Jacob Cronberger a mercê de todas as prerogativas dos cavaleiros da Casa Real, o alvará tornava essa regalia extensiva a todos que exerciam ou viessem a exercer o mesmo officio, desde que tivessem 2.000 dobras de ouro e sangue limpo.

Tempos fora, repetiram-se as mercês nobiliárquicas a livreiros: nos fins do século XVIII um Mestre livreiro passava as certidões aos seus obreiros terminando ostentadamente — «com o selo de minhas armas».

Braceiros, muito embora, aos livreiros foi permitido, algum tempo, ter armas e podiam andar a cavallo e ter criados para os servir, estando consignado, no seu *Regimento*: «não parece justo que em semelhante trato e officio hajam pessoas menos decentes, pelas gentes com quem lidam e matéria em que tratam».

E, se encontramos mesterais feitos nobres, também encontramos nobres que se fizeram mesterais do livro. Um facto a notar, que o confirma, embora já um pouco além do âmbito de quinhentos:

No dia 2 de Maio de 1611, entrava na Irmandade, como irmão livreiro, um neto em linha recta do alcaide-mor do castelo de Lisboa, Vasco Martins da Cunha, o célebre *Seco*, de ascendência real; e descendente da irmã do Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira. O nobilíssimo artífice, livreiro em Lisboa, casou com a filha de um livreiro, irmã de livreiros; seu filho foi livreiro, como livreiro impressor foi seu neto.

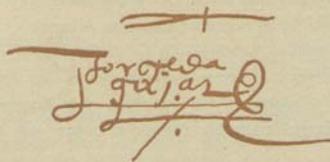
E na actualidade, temos um livreiro casado com a filha de um dos mais altos e representativos títulos nobiliárquicos portugueses.

Voltemos ao rumo que abandonei um momento.

Dêmos agora lugar ao primeiro irmão de S.<sup>ta</sup> Catarina que vem junto a nós, visto Noronha o apresentar em 1546:

8 JORGE D'AGUIAR — A primeira vez que o encontrei foi assinando o Compromisso de 1567, aquelle Compromisso que uma pública-forma destrambelhada dá com a aprovação régia na data de 36 de Agosto e Júlio de Castilho, que não compulsou o original, emendou para 26, outro erro que tem corrido, pois esse Compromisso foi assinado pelo Cardeal-regente «em Sintra a seis dias de Ag.<sup>to</sup> 1567» mas o tabelião leu *Sintra* por *trinta*!

A assinatura de Jorge d'Aguiar é bem legível, desvanecendo assim as dúvidas de Gomes de Brito acerca do apelido deste livreiro, que foi estabelecido numas casas da Camareira-mor, na Rua Direita da Porta do Ferro.



SALVADOR MARTEL — A 8 de Junho de 1549 nomeado livreiro do Príncipe Real, D. João.

Salvador Martel! Escrevo este nome com veneração e enternecimento porque ele foi um exemplo — é um símbolo!

Esse obreiro humilde, pela sua vontade, pelo seu trabalho, pelo seu amor, pela sua perseverança, pela sua fé, ergueu uma obra que perdurou séculos! Deu tudo, nada recebeu.

Benquistado na corte, aproveitou as vantagens da sua situação para colocar bem alto, respeitada, poderosa, opulenta, a classe dos livreiros, numa terra que nem era a sua!

No seu compatriota, o douto jerónimo Frei Miguel de Valença, confessor da Rainha D. Catarina, encontrou grande auxiliar. Ambos — o religioso e o livreiro — planearam, executaram, triunfaram! Obtiveram a protecção da soberana, chamaram a si um grupo de influentes na corte e, se ao frade ficou a parte cultural e espiritual — o lado diplomático — ao livreiro incumbiu a parte material.



A actividade desenvolvida por Salvador Martel é notável: movimentou tudo e creio que todos, prodigalizou-se, multiplicou-se, compareceu em toda a parte! Aqui, assistia a uma transacção; além era testemunha numa escritura; procurador; negociante; *pedinte* — quanto fosse necessário para realizar a visão luminosa que a sua alma nobre tivera: reconstituir a Irmandade, dar-lhe sede em Lisboa e alcançar para os livreiros a sua administração.

Em gesto preliminar, a 26 de Outubro de 1556, o ano em que Salvador Martel vendia o *Directório de Confessores*, impresso por ordem da Infanta D. Maria, um alvará de D. João III, no qual até agora se não falou, entregava aos livreiros pratas, alfaías, paramentos e propriedades de S.<sup>ma</sup> Catarina de Ribamar. 9

Um novo Compromisso regularia a situação em Lisboa. E é aí que aparece a frase atribuída por uns a Baptista de Castro, por outros... não sabem a quem, mas vai-se repetindo

porque é graciosa — «os ministros da sabedoria...» Essa frase foi o grande triunfo de Salvador Martel. Foi quando no Compromisso se lançou o averbamento: — «E mandaram [suas altezas] aos livreiros desta cidade, como ministros da sabedoria de que tam dotada foi a bem aventurada S.<sup>ta</sup> Catarina, e por os ditos livreiros não terem outra confraria do seu officio em que se ocupar ... que tivessem cargo da Administração da dita confraria e casa».

Desde esse momento o sonho grandioso de Salvador Martel tornava-se realidade: a Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina de Ribamar pertencia inteiramente aos livreiros de Lisboa. Passava a designar-se *Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina da Corporação dos Livreiros* e seria constituída só por nobres e livreiros — o Juiz obrigatoriamente fidalgo e nobre; um mordomo e o tesoureiro inflexivelmente livreiros.

Adquiridos os terrenos à custa da Rainha, havia ainda a construção da igreja. Modesto sacelo, embora, mas sempre dispendioso. Então, Salvador Martel — a alma, a acção da Irmandade — é inimitável. A acompanhar o seu ardor, a dinamização da sua vontade, a sua energia, o seu poder de iniciativa, encontrou o Juiz da Irmandade — talvez adrede escolhido — o Dr. Manuel de Almeida, fidalgo da casa real. O que esses dois homens fizeram! a actividade que desprenderam! Salvador Martel foi prodigioso; o Dr. Manuel de Almeida secundou-o brilhantemente:

Alcançaram para a obra o rendimento das tercenas; permissão para terem também mamposteiros; mandavam mealheiros para recolha de esmolos nas naus da carreira da Índia e Mina; a bula que a Rainha impetrara para a Irmandade e obtivera em 14 de Março de 1556 constituía magnífica fonte de receita pelas indulgências que concedia. As reproduções dessa bula eram aos milhares e... feitas por Salvador Martel.

Francisco Gouveia cedeu à Irmandade uns terrenos; contrato em 3 de Abril de 1559, pagamentos à custa da casa mas quem ia amortizando era Salvador Martel, fornecendo a Francisco Gouveia livros e encadernações. Encontrei ainda uma lista bem interessante pela discriminação:

«Uma crónica grande de Florian de Ocampo.

«Sete palavras.

«Um testamento novo.

«Encadernar umas horas.

«Um cartapacio.

«Um livro branco, de quatro mãos em pergaminho branco.

«Uma encadernação em couro de um livro de Afonso de Albuquerque».

Este último deveria ser os *Comentários*. Precioso volume que as mãos de Salvador Martel proficientemente revestiram de sólido invólucro e o conhecimento do artífice tão altamente valorizava — qual teria sido o seu destino?...

Foi ainda pela diligência de Salvador Martel que se ergueu na igreja dos livreiros o mais antigo presépio, em vulto, conhecido em Lisboa — 1558. Tive a felicidade de encontrar o contrato para a sua execução e portanto fixar uma data que era vaga e muito posterior.

10 Salvador Martel teve o santo orgulho de ver elevar a sede de paróquia a sua igreja, a igreja erguida pelo esforço do seu braço e pelo devaneio lindo da sua alma — a igreja dos livreiros.

Em 1566 Salvador Martel já não existia.

Glória a quem tão dignamente soube preencher a sua passagem na Terra!

Prosseguindo:

JOÃO DE BORGONHA, livreiro do Rei, em 1550.

GIL MARINHO, livreiro do Infante D. Luís, em 1551.

Ambos são bastante conhecidos.

Agora pertence-me dar o nome de um livreiro inteiramente desconhecido:

MANUEL DIAS inscrevia-se na Irmandade em Novembro de 1560.

Deu de entrada uma esmola para as obras da igreja e adquiriu a bula — aquela bula que Salvador Martel fornecia em remessas tão avultadas.

Apenas a sua benemerência o ficou assinalando na Irmandade.

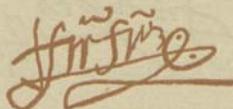
BELCHIOR FERNANDES, que já em 1560 vendia a *Lei sobre os vestidos de seda*, só em 1571 actuava na Irmandade.

FRANCISCO GRAFEO — 1561 — que, segundo Gomes de Brito, estava estabelecido no extremo da Rua Nova, já na freguesia da Madalena.

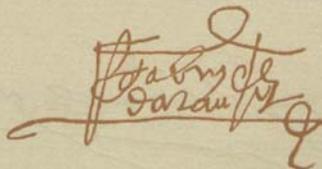
FRANCISCO FERNANDES, em 1562 vendia, na Rua Nova, as obras completas de Gil Vicente. Em 1566 encontra-se associado com Francisco Grafeo. A sociedade devia ser desse ano porque em 1565 Francisco Grafeo aparece sòzinho.

Em 21 de Junho de 1562 era tesoureiro da Irmandade. Assinou o compromisso de 1567, de onde decalquei a sua assinatura.

Deve ter morrido antes de 1571.



GABRIEL D'ARAÚJO aparece como mesário nesse mesmo ano de 1562. Foi tesoureiro em 1565 e também assinou o Compromisso de onde reproduzo a sua assinatura.

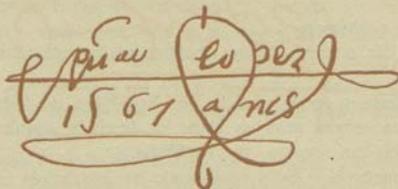


Devia ter morrido em princípios de 1571 pois, a 27 de Maio desse ano, sua mulher «Beatriz Pinta, dona viúva», entregava à Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina 2\$000 rs. que seu marido lhe tinha deixado.

CRISTÓVÃO LOPES, que Gomes de Brito informa morar à Porta da Sé, em 1563 foi irmão de S.<sup>ta</sup> Catarina, com sua mulher e casa.

Foi um dos signatários do Compromisso, de onde transcrevo a sua assinatura.

Possivelmente faleceu em 1584 porque teve missa de sufrágio em Janeiro de 1585.



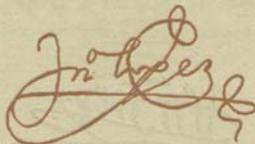
A handwritten signature in brown ink, written in a cursive style. The text is arranged in two lines: the top line reads 'Cristóvão Lopes' and the bottom line reads '1567 anos'. The signature is highly stylized with loops and flourishes.

JOÃO LOPES está dado geralmente em 1588 mas encontramos muito antes a sua actividade como livreiro.

Pertencia à Irmandade, com sua mulher e toda a sua casa.

Em 1564 e 1565 foi mesário; depois, ignoro porque motivo, não quis mais servir os cargos portanto, pelo estatuído no Compromisso, foi posto fora. Parece que esse facto não prejudicou a sua vida de mesteiral porque foi o livreiro de D. Miguel de Castro, Arcebispo de Lisboa, e tinha loja na Rua Nova, a luxuosa artéria da Lisboa quinhentista.

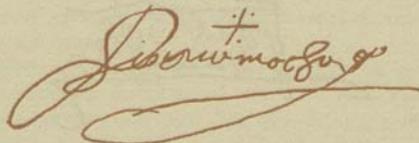
A sua assinatura encontra-se em um livro de Receita e Despesa.



A handwritten signature in brown ink, written in a cursive style. The text reads 'João Lopes' and is highly stylized with loops and flourishes.

DIOGO MACHADO, também com loja na Rua Nova, foi mesário em 1565-66-69-71; assinou o Compromisso de 1567 de onde transcrevo a sua assinatura cujo tracejado diverge bastante da que após quando se inscreveu na Irmandade.

Missa de sufrágio em Janeiro de 1595.

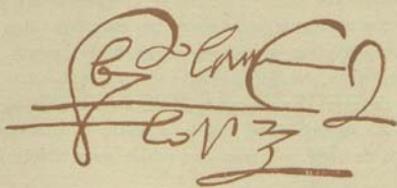


A handwritten signature in brown ink, written in a cursive style. The text reads 'Diogo Machado' and is highly stylized with loops and flourishes.

BARTOLOMEU LOPES pertencia à Irmandade com sua mulher e casa.  
Do Compromisso, que assinou, decalquei a sua assinatura.

Fez parte da reunião da confraria em 1 de Junho de 1572, para se dar de empreitada a obra de reedificação da igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina.

Tesoureiro eleito em 1575.

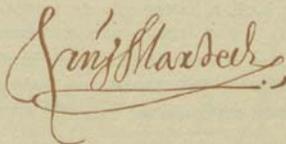
A handwritten signature in brown ink, appearing to read 'Sagrator Fernandes', with a large flourish at the end.

SAGRAMOR FERNANDES, que em 1566 vendia na Rua Nova a *Arte Manual das Festas Múveis*, impressa por Marcos Borges, assinou o Compromisso e figurava na Irmandade com a mulher e sua casa.

Não encontramos que tivesse exercido cargos o que confirma a designação de «divreiro modesto», que lhe dá Gomes de Brito. O cargo de mesário era dispendioso, especialmente quando mordomo e era sempre por aí que começavam.

A handwritten signature in brown ink, appearing to read 'Luís Martel', with a large flourish at the end.

LUÍS MARTEL, um dos livreiros mais representativos do cincocentos.

A handwritten signature in brown ink, appearing to read 'Luís Martel', with a large flourish at the end.

Início de actividade também nesse ano de 1566 em que lhe foi concedido privilégio para o «Catechismo» de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires.

Foi, evidentemente, o livreiro de três reis: livreiro de D. Sebastião, com documentos referendados por D. Henrique, não é crível que este, no seu efêmero e perturbado reinado, o tivesse destituído, embora com os seus dois livreiros privativos. O rei D. Filipe, que o teve por seu livreiro, limitar-se-ia a aceitar a situação que encontrara criada.

Falecido Salvador Martel, Leonor Nunes, sua viúva, e Luís Martel, seu filho, ficaram estabelecidos, conjuntamente, na Rua Nova, frente à Rua dos Pregos.

Não se pode garantir a data da entrada de Luís Martel, com sua casa, para a Irmandade: em 1567 assinava o Compromisso; em 1580 era eleito mordomo e, segundo a norma estatuída, era seguidamente tesoureiro — 1581-82.

Mas o poderio da Irmandade de S.<sup>ta</sup> Catarina da Corporação dos livreiros a Salvador Martel se devia; aquele templo que se erguia sobranceiro ao mar, era obra do seu esforço; adentro dessas paredes beijadas pelo volutear caprichoso do fumo do incenso, sentia-se ainda o influxo da alma do obreiro dedicadíssimo, criando e realizando um sonho — o sonho, a parte mais bela da vida! — a que todo se devotara, prosseguindo ainda no seu filho, que aí o representava como seu continuador, como se ele próprio fosse. Assim o sentiu a Irmandade, assim o compreendeu a mesa: em 31 de Outubro de 1582, a Irmandade reunia para eleição de novos corpos gerentes. Martel não assistiu.

Assinada a acta das eleições, lavrou-se um termo em que piedosamente se homenageava a memória de Salvador Martel. Escolhia-se o momento em que seu filho terminava o mandato de mesário para o preto a ambos. Então — o termo o diz — «a Luís Martel, nosso irmão, por seu respeito e pelos merecimentos de seu pai, Salvador Martel, por ser um dos que mais trabalharam no serviço e por desta casa» é oferecida uma capela da igreja, ao tempo em reconstrução, que lhe seria dada «acabada em preto para ele lhe pôr o retábulo da guarnição que quiser», capela destinada a sepultura sua e de seus descendentes, sem encargo algum.

Homenagem resolvida por unanimidade: houvera assembeia geral para resolver a cedência mas o termo foi lavrado nesse dia 31 de Outubro, assinando todos os assistentes.

Compareceu a mesa completa, o que era raro: Francisco de Torres, Juiz; Tomás de Gouveia de Sotomaior, escrivão; João Velho Barreto, mordomo nobre; Padre Melchior Leite, cura da igreja; Jorge Ferrão; Bartolomeu das Neves.

Verifica-se que os livreiros desejaram, com a sua presença, demonstrar o apreço, a consideração pelo colega: assinam o termo os livreiros Sebastião de Carvalho; Jorge Valente, Luís Peres, Pedro Jácome, Bartolomeu Lopes, António Ribeiro, João de Molina, Salvador Gonçalves, Diogo Machado, Simão Lopes, Miguel de Arena, Manuel Carvalho.

Podemos estabelecer assim um grupo de treze livreiros actuando na mesma época.

Pouco tempo o filho de Salvador Martel sobreviveu à homenagem que lhe foi prestada: em 12 de Janeiro de 1583 o seu nome aparece dando avultada esmola à Irmandade. Ainda foram impressos à sua custa, em 1583, a *Reformação da Justiça*, por António Ribeiro; o *Calendário Gregoriano*, com as licenças a 7 de Janeiro e 2 de Fevereiro; o *Regimento da Casa da Suplicação e Relação do Porto*. Mas, quando André Lobato imprimiu a *Reformação da Justiça*, foi editora Isabel Mendonça, mulher de Luís Martel, *que haja glória*.

Não se pode precisar quando, visto não ter data. É posterior a 4 de Fevereiro de 1583, data do privilégio.

Não sabemos se Luís Martel chegou a concluir a capela.

E o preto da Irmandade desfez-se, na sua parte material, ao embate do tempo, no vendaval dos cataclismos!

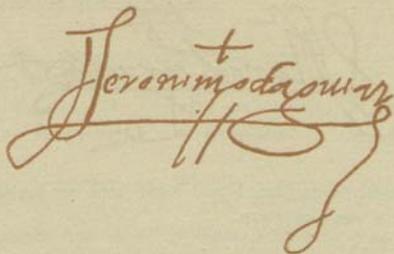
Luís Martel; Isabel Mendonça, sua mulher; Salvador Martel 2.<sup>o</sup>, seu filho — pobres ossos dispersos de que, em 1755, já não havia restos, nem talvez lembrança!

14

JERÓNIMO D'AGUIAR, estabelecido na Rua Nova voltando para a Rua da Prata, segundo Gomes de Brito.

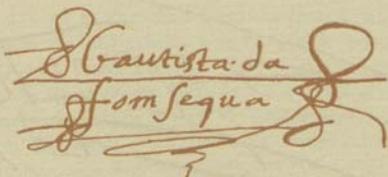
Pertenceu à Irmandade com sua mulher e casa. Assinou o Compromisso de 1567.

Teve missa de sufrágio em Janeiro de 1595 ou 1598 — não está bem legível o último algarismo.



BAPTISTA DA FONSECA, pertenceu à Irmandade, com sua mulher e casa.  
Assinou o Compromisso de 1567.

Informa Gomes de Brito que este livreiro morava na Travessa da Porta Travessa da Madalena.

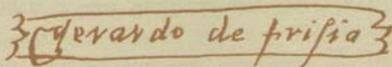


GERARDO DE FRÍSLA, nome que anda em grafia irregular mas a sua assinatura no Compromisso, bem legível, é o Documento decisivo.

Pode mesmo ser que o livreiro fosse oriundo de Frísia, a região de onde nos vinham os famosos panos já tão apreciados no tempo de D. Afonso III.

Diz-nos Gomes de Brito que Gerardo de Frísia estava estabelecido na Rua Nova, na parte de S. Julião.

Este livreiro deve ter morrido antes de 1571.



MANUEL DE CARVALHO. É enternecedora a dedicação deste livreiro, pela sua Irmandade. Inscreevou-se com sua mulher e casa, sendo dos livreiros que assinaram o Compromisso de 1567. E desde então foi constante a sua actividade, em ânsia de servir.

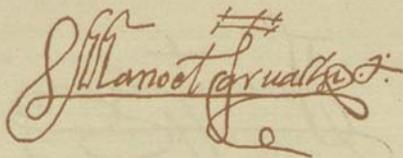
Mesário ou não, Manuel Carvalho serve sempre, actua, multiplica-se.

Como procurador fez parte da reunião da confraria em 1 de Junho de 1572, para se dar de empreitada a obra de reedificação da igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina.

Mordomo em 1568, 75, 77, 78; tesoureiro em 1580; novamente mordomo em 1583/84.

Em 29 de Janeiro de 1584 ainda assinou; depois... em 4 de Março fazia-se eleição de novo mordomo — Manuel Carvalho falecera.

A mesa, reconhecida aos seus serviços, fez-lhe officio de sufrágio em vez da simples missa obrigatória.

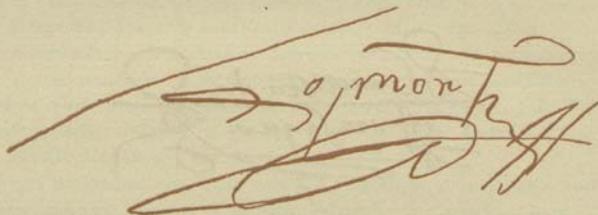


DIOGO MONIZ, estabelecido na Rua Nova, irmão com sua mulher e casa, assina o Compromisso, de onde tiramos a sua assinatura.

Tesoureiro em 1576-77.

Livreiro de alta importância: era Familiar do Santo Officio, segundo informação dada por um dos autores que dos livreiros antigos se occuparam.

Por nossa parte procurámos o seu nome nos processos de habilitação para Familiares do Santo Officio (Torre do Tombo) mas não o encontramos.



FRANCISCO MENDES, que aí por 1571 pertencia à Irmandade, com mulher e casa, ausentou-se do país.

Diz-nos Gomes de Brito que, entre 1565 e 67, estava na Rua Nova, freguesia de S. Julião. Não encontrei a assinatura deste livreiro.

Agora tenho a honra de apresentar três livreiros dos que fui arrancar à doce paz do esquecimento:

ANTÓNIO DE SANTA CLARA, assentou-se por irmão, antes de 1591, com sua mulher e casa. Não encontrei a sua assinatura. Devia ter morrido em 1594.

ANTÓNIO FERNANDES, entrou na Irmandade na mesma altura de António de Santa Clara e também com sua mulher e casa. Não encontrei a sua assinatura.

DIOGO DE LEPE, solteiro ou viúvo porque se inscreve apenas «com sua casa», na mesma época dos dois anteriores.

Ausentou-se de Portugal.

Não encontrei a sua assinatura nem dados a seu respeito no entanto suponho, pelo seu apelido, que devemos estar na presença de um livreiro espanhol, possivelmente natural da fénicia Lepe, perto de Aiamonte.

Este nome — Diogo de Lepe — é perturbante: ligações de família com o célebre descobridor Diogo de Lepe, piloto, companheiro de Colombo?...

Teve missa de sufrágio em Janeiro de 1595.

JOÃO DE MOLINA. Início da sua actividade em 1571.

Conhecido por «João d'Espanha».

Só no *Sermão*, de Frei Luís de Granada, na *História... dos Santos* (com Miguel de Arena) e na Irmandade, o encontrámos com o designativo — livreiro.

Foi mesário da sua Irmandade em 1576-77, certamente mordomo visto ser tesoureiro em 77-78.

Há na vida deste livreiro um curioso problema íntimo:

Nos livros que abundantemente lançou no mercado, figura sempre a alcunha — João d'Espanha. Livros à sua custa, mesmo em oficina sua, não vinham a público sem o editor os examinar. Poderia ter passado um, mas são todos com o nome João d'Espanha, em português, espanhol, latim ou alatinado.

Vejamos, como exemplo:

1571 — Em obra de D. Jerónimo Osório — *Ioannis Hispani*.

1572 — «Imagem da vida cristã», por Fr. Heitor Pinto — *Ioão de Espanha*. Na 2.<sup>a</sup> parte do mesmo livro — *João Despanha*.

1573 — Obra de Fr. Luís de Granada, «Contemptus mundi» — *Iuan Despanha*.

1575 — 2.<sup>a</sup> parte dos «Dialogos», de Fr. Heitor Pinto — *Ioão d'Hespanha*.

1582 — «Breve Instrução...» Fr. Bart. de Medina — *Iuã despaña*.

1585 — «História... dos Santos» — *Ioão Despanha*.

1587 — Em obra de Fr. Marcos de Lisboa — *Ioam de Espanha*.

E não garantimos que não haja mais alguma variante.

Grafia diferente mas sempre *João de Espanha*.

Pois, com tudo isto, ele não gostava de ser assim tratado! A ponto de, contra o que era obrigatório, não ter assinado o seu registo de irmão, que estava lavrado em nome de «João d'Espanha», o nome que ele punha nos seus livros! Sempre que em várias emergências assinou documentação da Irmandade foi *João de Molina*.

Mas há outro caso ainda mais sintomático: durante o tempo em que João de Molina foi tesoureiro da Irmandade, o escrivão — o secretário — era Afonso Mendes de Pedrosa, um dos patriotas que tomaram no infeliz combate de Alcântara. Escrevia sempre *João de Molina* mas, levado pelo hábito corrente, uma das vezes fez o lançamento «ao tesoureiro João de Espanha». A frase está rectificada com a modificação — «digo: João de Molina».

Chamou-me a atenção a emenda por estar com letra e tinta diferentes. Analisei-a: não deixa dúvida — a frase «digo, João de Molina», foi traçada pelo próprio João de Molina!

*João de  
Molina*

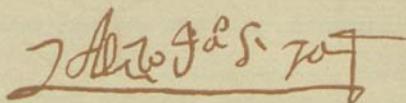
ÁLVARO DA FONSECA. Outro livreiro por mim encontrado e agora aparece pela primeira vez. Inscreveu-se por irmão no fim de Novembro de 1574.

Devia merecer consideração especial pois no registo é designado *Mestre livreiro*, tratamento mais respeitoso do que o simples *livreiro*, com que os mecânicos figuram nos lançamentos. Tinha modalidades subtis a etiqueta...

Foi procurador em 1574-77-78.

Em 1576 também era mesário.

A sua assinatura, que transcrevo, foi colhida no registo da sua entrada na Irmandade.



Faleceu em Maio de 1580 ou 1586: a margem do livro está cortada mas, pelo que resta do último algarismo deve ser zero ou seis.

ANTÓNIO RIBEIRO. Desde 1574 que a palmeira coroada entre o Douro e o Minho, marca as obras deste notável impressor.

Impressor, apenas?...

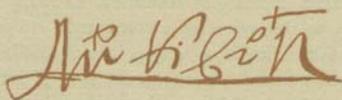
Não: na Irmandade, para onde entrou a 5 de Maio de 1581, figura, no próprio registo, como *livreiro*, designativo reforçado por duas notas marginais, uma a cada lado, lançamento feito pelo meticulosíssimo Tomás de Gouveia de Sotomaior — não pode haver dúvidas, nem poderia haver dado o rigor de então a classificar os mesteres.

Depois de 1590, em que foi eleito mordomo, quase não deixou mais de pertencer à mesa.

Eleito tesoureiro, em 1610, recusou porque andavam grandes dissensões na Irmandade. O motivo fora extremamente fútil mas deu lugar a uma desavença que se complicou de tal maneira que o caso teve de ser levado a Madrid, ao próprio Rei, que ainda teve de pedir a intervenção do Papa!

Se eu conseguir levar a termo a História da Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros, que tenho quase concluída, terei ensejo de relatar o que foi essa curiosa e formidável contenda.

Quando António Ribeiro julgava o caso arrumado, tomou o seu lugar mas novas complicações surgiram até ao ponto que ele e mais dois livreiros, chegaram a ser excomungados.



SALVADOR GONÇALVES, outro livreiro que julgo desconhecido. Em 1 de Fevereiro de 1579 entrou para a Irmandade.

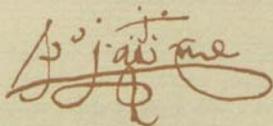
18

Morava na Rua Nova dos Ferros e devia ter bastantes meios pois foi nesse mesmo ano eleito mordomo, lugar muito dispendioso pela extraordinária ostentação da festa da Padroeira. A seguir foi tesoureiro, depois novamente mordomo e outra vez tesoureiro em 1583-84. Mas a sua actividade no ofício vinha de mais longe; pelo menos de 1573.

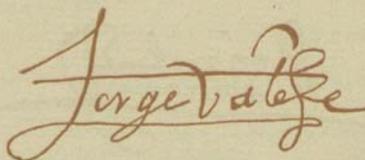
No Arquivo Distrital do Porto encontrei uma nota que lhe diz respeito: Cristóvão Afonso, mercador, porteiro da moeda do Porto, passou, em 16 de Julho de 1573, uma procuração a Salvador Gonçalves, livreiro, para a renúncia ao cargo que o dito Cristóvão Afonso tinha.

A handwritten signature in brown ink, appearing to read 'Salvador Gonçalves', with a large, decorative flourish at the end.

PEDRO JÁCOME, mais um livreiro que trago em primeiro conhecimento. Casado, morador na sua loja, muito assíduo às reuniões mas não exerceu cargos. Em 29 de Outubro de 1581 entrava na Irmandade. Transcrevo a sua assinatura da acta lavrada na oferta da capêla a Luís Martel.

A handwritten signature in brown ink, appearing to read 'Pedro Jácome', with a large, decorative flourish at the end.

JORGE VALENTE, livreiro do Rei D. Filipe. Noronha dá este livreiro em 1597 mas a sua actividade é muito anterior pois já em 29 de Outubro de 1581 era eleito mordomo da sua Irmandade; tesoureiro de 1582 a 85 e de 1588 a 89.

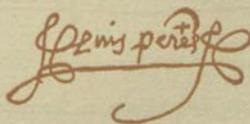
A handwritten signature in brown ink, appearing to read 'Jorge Valente', with a large, decorative flourish at the end.

Luís PERES, casado, morador na sua loja de livreiro, entrou por irmão em 29 de Outubro de 1581, portanto actividade também muito anterior à que lhe está atribuída — 1588.

Trinta e sete anos, pelo menos, ao serviço do livro.

Mordomo da Irmandade em 1584-85, 1600-601; tesoureiro em 1585-86, 97-98, 1601-602; revisor de contas em 1612-613.

Em 1618 atingiu o ponto culminante na sua corporação: era juiz do officio. Foi nesta qualidade que teve a questão, bem interessante, com António Álvares.

A handwritten signature in brown ink, appearing to read 'Luís Peres', with a large, decorative flourish at the end.

SIMÃO LOPES, que usa, como empresa, os ursos heráldicos de João Blávio, e aparece em 1582, dizem uns ser apenas editor, outros impressor, outros mercador... Na Irmandade, onde foi tesoureiro em 1589-90, está inscrito como livreiro e eu não discuto nem duvido do que os seus confrades, os mestres livreiros seus contemporâneos consignaram. E pela letra do Compromisso, que era rigorosamente cumprido, para ser tesoureiro tinha obrigatoriamente de ser livreiro.

Teve grande actividade, especialmente em 1593-94.

Deveria ter certa cultura pois traduziu do castelhano e prefaciou o *Flos Sanctorum*, que teve privilégio e aprovação em 1596, sendo publicado em 1598.

Transcrevo a sua assinatura de uma acta lavrada a quando da *visitação* feita por António da Cruz em 3 de Abril de 1590.



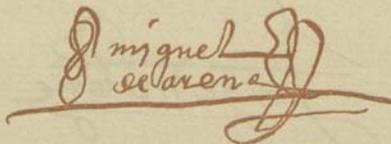
Já falecido em 1600 pois editam os «herdeiros de Simão Lopes».

MIGUEL DE ARENA foi mordomo em 1585-86 e tesoureiro no ano seguinte.

Todos os autores escrevem este apelido *Arenas* e assim figura também em livros a que estava ligado mas a sua assinatura é bem explícita e sempre igual — Miguel de *Arena*.

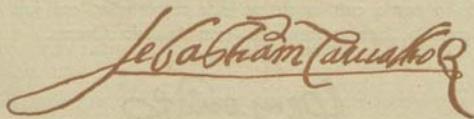
Embora se encontre *Arena* no Uruguai, Calábria, Filipinas, Argentina, etc., este livreiro, que era espanhol, devia ser oriundo de uma das duas localidades de Espanha — Oviedo e Corunha — portanto *Arena*, como assinava.

Esteve estabelecido com João Molina.



SEBASTIÃO CARVALHO, já em 1586 era mordomo e manteve-se mesário, quase permanentemente, até ao princípio de seiscentos.

T. Noronha dá-o morando na Rua Nova, e Gomes de Brito acrescenta — no estabelecimento de Manuel Carvalho.



AFONSO FERNANDES, 1587, com loja defronte da Misericórdia, não pertenceu à Irmandade.

DOMINGOS MARTINO, Martinez ou Martins, que das três formás aparece o seu nome, já editava em 1588 mas o seu registo na Irmandade só se encontra em 1591. No entanto devia ter entrado muito antes.

Mesário no século imediato.

Foi sepultado «na Sé de Lisboa, junto à sacristia velha».

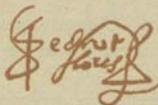


PEDRO FLORES, estabelecido no Pelourinho Velho, junto à Rua Nova.

Editor em 1588.

Prestava culto às Musas: editou as obras do famoso Gregório Silvestre, poeta e organista exímio, que muitos julgam espanhol apesar de ser filho do médico Dr. João Rodrigues, que acompanhou a Infanta D. Isabel quando casou com Carlos V; editou a *Divina Poesia*; o *Ramühele de Flores* foi por ele recopilado de vários autores «com não pouco trabalho», como ele próprio escreve, e onde inseriu uma produção sua. Encontramo-lo na Irmandade, na qualidade de livreiro, antes de 1594.

Deixou a sua assinatura no registo de entrada como irmão.



JOÃO DO CANHA, livreiro do Duque de Bragança, D. Teodósio.

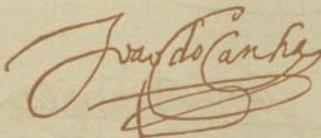
Ingressou na Irmandade em 1591.

Outro nome de grafia discordante mas aqui há razão pois o próprio assinava de maneiras diversas.

Se era espanhol, a forma exacta seria efectivamente Ocaña, da velha cidade dos nobres e poderosos cavaleiros de Calatrava.

Não precisamos recorrer a uma origem espanhola pois em Portugal também temos Ocanha, uma das grafias do antigo couto do Mosteiro de Salzêdas.

Mas a forma predominante na assinatura deste livreiro era *do Canha* e assim se fixou pois em Maio de 1613 inscrevia-se na Irmandade António do Canha (seu filho?... ) este assinando sempre *do Canha*.



JORGE ARTUR. T. Noronha, ao dar o nome de Jorge Artur põe uma interrogação e assinala-lhe 1597.

Pois em 1591 o dedicado livreiro já estava na Irmandade.

A sua actividade, como official da mesa, começa em 1606 e atravessa toda a época tormentosa da discórdia a que já me referi, sendo o mais alvejado nesse desencadear de paixões e orgulho. Até foi excomungado!

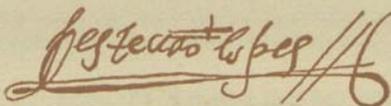
Muito sofreu, muito lutou, por si e pelo baluarte que defendia — a sua Irmandade — para o que gastava prodigamente do seu bolso, pagando aos melhores advogados para intervirem.

Em 1621 teve completa vitória mas a saúde abalou-se-lhe e, em Agosto de 1628, falecia.



ESTÊVÃO LOPES que aparece em 1595, nas *Rimas* de Camões e na edição dos *Lusiadas* de 1597 mas com privilégio também de 1595, já em 1591 figurava como livreiro, na sua Irmandade, tendo assinado o registo de entrada em 10 de Novembro desse ano.

Não encontrámos que tivesse tido actuação na Irmandade.



Agora um grupo de nove livreiros, mestirais desconhecidos, nomes desprendendo-se das respeitáveis páginas onde se aninhavam e comovidamente recolhi para, em primeiro conhecimento, os apresentar ao público.

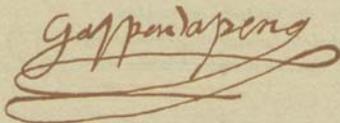
Existências ignoradas, nunca alguém, nos nossos tempos, se lhes referira.

Registados a 10 de Novembro de 1591 e aponto a assinatura no seu registo:

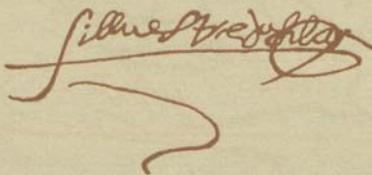
MIGUEL PINHEIRO.



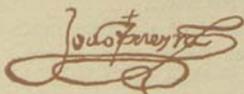
GASPAR DA PENA.



SILVESTRE DA SILVA.



JOÃO PEREIRA.



Figuras sem actuação na Irmandade.

Faço restrições sobre ter sido eu quem primeiro trouxe a público este último —

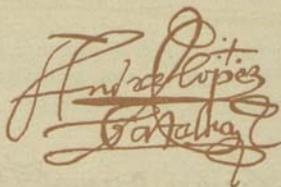
João Pereira:

Na página 49 de *A Encadernação em Portugal*, Matias Lima escreve — «...quase desconhecidos, como João Pereira, encadernador de Lisboa, morador em 1656 na Rua Nova». Encadernador, portanto livreiro.

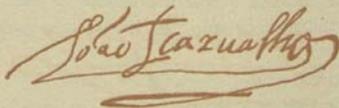
Para ser o mesmo, afigura-se-me longevidade excessiva no trabalho, todavia não era impossível. Em qualquer caso, pelo menos a sua assinatura é inédita.

ANDRÉ LOPES BATALHA, mordomo em 1591-92; a seguir tesoureiro.

Ao seu registo de irmão destaco a assinatura.



JOÃO CARVALHO, certamente tinha bastantes haveres pois foi três vezes mordomo sendo a primeira em 1598-99; diferentes vezes tesoureiro, sendo a última sete anos seguidos até que, em 1621, estando no cargo, teve de se ausentar mas Jorge Artur tomou a responsabilidade de todas as suas contas: mesários conjuntos durante muitos anos, conheciam-se bem.



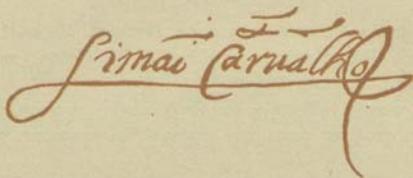
SALVADOR RIBEIRO, irmão antes de Outubro de 1594, tendo deixado a sua assinatura subscrevendo o registo de entrada.



SIMÃO CARVALHO, começou a exercer o cargo de mordomo em 1599, alternando com o de tesoureiro; depois procurador.

A assinatura que transcrevo é a primeira que dele encontrei: a eleição de mesários em 13 de Novembro de 1594. Encontrava-se no cargo de procurador quando foi um dos três excomungados.

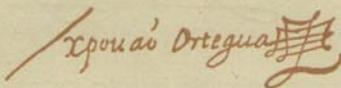
Também combateu denodadamente nessa rija escaramuça onde se jogava, além do orgulho pessoal e do interesse de classe, a própria existência da Irmandade, que os adversários queriam extinguir.



CRISTÓVÃO ORTEGA fecha este grupo de livreiros desconhecidos.

O seu registo na Irmandade foi lançado em 13 de Novembro de 1594. Daf copiamos a sua assinatura.

Foi o último livreiro que no século de quinhentos se inscreveu por irmão de S.<sup>ta</sup> Catarina. No século imediato foi, durante oito anos consecutivos, escrivão da mesa, cargo que habitualmente era desempenhado por um irmão nobre.



O apelido neste livreiro, a similitude dos officios, a época, fazem-nos supor que seria parente daquele João Ortega, castelhano, dado como testemunha de defesa no processo que, em 1592, correu na Inquisição contra a mulher do impressor Manuel de Lira, Leonor de Sória, acusada de judaísmo, processo onde se encontra a nota interessante de que, por essas alturas Manuel de Lira estivera muito doente, em Sevilha, onde fora buscar tipo para os seus trabalhos.

FRANCISCO PEREZ, livreiro, editor, mercador de livros.

Pertenceu à Irmandade mas não encontramos o seu registo de irmão. nem que tivesse ocupado qualquer cargo directivo.

A sua assinatura acha-se entre as que subscrevem a acta da eleição de mesários efectuada em 9 de Novembro de 1598, o mesmo ano em que ele, na sua loja ao Pelourinho Velho, vendia o *Galateo Espanol*, de Lucas Gracian de Antisco, obra onde tem o seu nome firmado como livreiro.

Só nesse ano de 1598 encontramos o seu nome mas a sua actividade viria de mais longe pois nas sentenças de Francisco de Gusmão, de que foi editor, encontra-se o privilégio concedido em 10 de Março de 1582.

Na sua assinatura figura *Francisco Perez Casado*, o que a torna bem curiosa. Seria um apelido?

No *Galateo* encontra-se apenas Francisco Perez, o que parece indicar que se trata da declaração do seu estado civil.

*Francisco Perez  
Casado*

Encontrei ainda quatorze nomes indicados como livreiros mas aos quais não me refiro porque não tenho elementos a comprovarem que o fossem e o manuscrito onde se encontram, do fim do século passado, não me pode merecer confiança porque não pertence à escrituração privativa da Irmandade e tem bastantes inexactidões.

Certo mais livreiros deviam ter existido em quinhentos e alguns estão dados como tal por outros autores mas, cumprindo rigorosamente o que me propus, não os inscrevo nesta resenha por não ter encontrado documento coevo, irrefutável, onde figurem como *livreiros*.

★

Livreiros da Lisboa quinhentista!

Do tempo áureo das corporações que foram para a Arte glória, honra, brilhantismo!  
Obreiros do progresso, classe nobilitada pelo esforço que fixou para os vindouros os ensinamentos, as ideias, o sentir, a fulguração do pensamento humano — bem merece de todos nós!

Abril de 1950.

*Maria Brak-Lamy Barjona de Freitas.*

(Do Instituto de Coimbra — Do Instituto de Arqueologia,  
História e Etnografia)





TIPO DA RUA—O ANTIGO BOLEEIRO DA PRAÇA (1879)

Desenho: *Manuel de Macedo.*

Gravura: *Caetano Alberto da Silva.*



NOTAS DE ETNOGRAFIA

# CARROS, CARRINHOS E CARROÇAS DE LISBOA

(TRANSPORTES DE TRACÇÃO ANIMAL)

1

Ainda se encontram em Lisboa, ao serviço de transportes pelas ruas da Cidade, carros de tracção animal; pertencem a três tipos: a *carroça* pequena e média, de duas rodas, com estrada alto, assente; — a *carroça baixa*, de duas rodas, com estrada baixo, suspenso pouco acima do solo; — e a *carroça grande*, a quatro rodas, conhecida vulgarmente pelo nome de *galera*. As dimensões variam, principalmente nas carroças do primeiro tipo. Se estas e as de estrada baixo fazem serviço na Cidade, e dos subúrbios para ela, com cocheiras dentro ou fora, as «galeras» pertencem a povoações e lugares mais ou menos afastados, trazem a Lisboa as cargas e regressam: — é a «galera saloia». Todas têm tracção cavalariça, muar ou mista; as mais pequenas utilizam burros, as médias reforçam também com eles o cavalo ou muar dos varais.

Outro tipo, e mais rural, é o do *carro de bois*, de roda cheia, que gira nos arredores da Capital, e já hoje não entra nela, inteiramente substituída a sua função pelas carroças e galeras, de tiro mais leve e ligeiro, e, progressivamente, pelos veículos motorizados. Os carros de bois limitam-se aos transportes rurais e nas povoações envolventes. Nestes carros devem ainda distinguir-se dois tipos próprios, não pelo serviço que prestam, mas pelas dimensões e pela estrutura da construção: — os carros pequenos, de junta de bois, para transportes mais leves e adaptáveis ao estrado reduzido do veículo; — e os carros grandes, as *carretas*, de estrado amplo e raso, a duas e, por vezes, mais juntas, para cargas inadapáveis à pequena área e à menor resistência estrutural dos outros (1). Pela lentidão do andamento, «a passo de boi» (2), que não se coaduna com a rapidez do trânsito da vida urbana dos nossos tempos, a Câmara Municipal proibiu-lhes que passassem pela Cidade.

Todavia, se os carros de bois não aparecem hoje nas nossas ruas, há bem pouco tempo andavam por elas; apesar da ausência, continuam nos subúrbios mais próximos, e fazem ainda parte da Etnografia dos Transportes da área lisbonense, motivo por que não poderiam ser esquecidos num estudo desta natureza.

CARRO, define o «Dicionário da Língua Portuguesa», de Moraes e Silva, é: — «Instrumento de carregar; consta de rodas, leito, apeiro, &c. é tirado por bois ou cavallos». — CARROÇA, diz o mesmo, exprime: — «Carro comprido, com grades para terem mão na carga». — CARRETA: — «Carro de rodas a modo das de sege (4), para carga; são tiradas por animais de tiro, por gente.» No século XVIII, Bluteau definia assim: — «Carro: Carruagem de carga puxado por boys»; — «Carroça: Carro comprido com grades levantadas de hum, & outro lado, para terem mão na carga»; — «Carreta; usada no Alentejo; he carro com rodas grãdes a modo de sege» (3). Destas, de tracção humana, para cargas miúdas e relativamente leves, como as de transporte de frutas e hortaliças na rua, quer para venda ao público diariamente, quer para fornecimento dos lugares de venda («lugares da hortaliça» ou simplesmente «lugares»), nenhuma hoje anda na via pública, por determinação da autoridade municipal (4).

Para defesa dos pavimentos das ruas, também as posturas municipais da Cidade proibiram que todos estes carros mantivessem os antigos rastos de ferro das rodas; foram substituídos por faixas ou rastos de borracha, o que lhes permitiu conservar a estética tão conhecida, frequentemente airosa e elegante, salientada pelas pinturas e ornatos coloridos; ou, em vez das rodas radiadas, que usavam, têm hoje rodados com pneumáticos do tipo de automóvel, e perderam toda a linha graciosa, tornando-se deselegantes no seu hibridismo de carroça e autocarro. Umas e outras, porém, continuam, com maior ou menor aparato, a utilizar os antigos arreios do gado, carregados de ornatos e guarnições de metal amarelo, que lhes dão carácter de grandeza e apuro.

---

(1) O mesmo se dá com os carros de motor: as caminhetas correspondem, por melhor, aos carros de bois; os caminhões substituem as grandes carretas.

(2) Expressão vulgar, para exprimir lentidão de vagares bovinos.

(3) Moraes, *Diccionario*, vol. I, pág. 370, 1.ª col.

(4) SEGE: — «Carruagem de passeio pequena, de hum só assento, com cortina por deante, ou vidraça». Moraes, *Dic.* II, 635, 2.ª col. A roda de sege era radiada, em opposição à da velha carreta e do carro de bois, que é tapada ou quase, abrindo neste caso, apenas os dois olhais da formação e união das partes componentes.

(5) Moraes, *Diccionario*, I, 369, 1.ª col. Bluteau, *Vocabulario Português e Latino*, II, 164, 1.ª col. e 165, 1.ª e 2.ª col.

(6) Os nomes, derivados de CARRO, CARROÇA e CARRETA, são numerosos, desde os da aplicação humana e profissional, aos objectos e caminhos, com influencia directa na Toponímia. Ocuparia muito espaço a menção deles, o que fica reservado para outro lugar e outra oportunidade.

O CARRUS ou CARRUM, o CARPENTUM, a ESSEDA ou o ESSEDUM, a RHEDA ou REDA, o PILENTUM, eram, entre outros, veículos usados pelos Romanos; não provinham deles, no entanto, como origem, mas dos povos conquistados, principalmente dos Gauleses, Bretões e Belgas, ou seja dos povos celtas. Deviam ser bem conhecidos também das populações ibéricas, sobretudo as de origem e de relações célticas. Adoptados pelos Romanos, usaram-nos para as suas necessidades sociais, políticas, militares e comerciais; uns, os mais leves, outros, os que mais se prestavam ao luxo pelo seu porte e pelas possibilidades de colocação de guarnições ostentosas de marfim, prata e ouro, serviram ao parco e limitado transporte urbano e às viagens, a que era necessário conservar aparato, em virtude da estirpe dos viajantes.

Os mais pesados e resistentes foram de preferência empregados em transporte de cargas militares e comerciais; mesmo estes, porém, não deixaram de ter aproveitamento luxuoso e adaptação a maiores comodidades de viagem para transportes pessoais.

O CARRUS dos Gauleses e dos Helvécios foi para os Romanos transporte de guerra, para viveres e bagagens militares; tinha duas ou quatro rodas radiadas, de plataforma rasa com pranchas laterais ou simples reparos, para amparo das cargas; atrelava junta de bois com jugo.

Lembra a nossa CARRETA. O CARRULUS era um CARRUS pequeno. A CARRUCA e CARRUCHA foi o carro de viajar, utilizado pela gente de alta estirpe e de elevado grau político (os *honorati*); com camilha, era a CARRUCA DORMITORIA. Reconheçamos neste modelo a nossa CARROÇA de duas rodas, a que as comodidades romanas juntaram mais outro par (?). Também as nossas CARROÇAS de carga, quando é preciso, transformam-se com facilidade em CARRUCA DORMITORIA ou, pelo menos, em mais cómodo arranjo para transporte de pessoas. E, se os correspondentes veículos céltico-romanos se guarneciam de riquezas ou enfeitavam em festa ou triunfo, não se furtam as nossas mais humildes carroças à ornamentação festiva das romarias, dos círios estremenhos, e dos fastos familiares ou regionais.

O nome da CARRUCA dos Gauleses derivou-se em CARROZA, no italiano e no castelhano, CARROSSE no francês, CARRIAGE no inglês, CARROÇA no português.

O CARPENTUM, que no irlandês deu *carbat* e *carpat*, no francês *charpente* (\*), no galês *carfau* (9), no bretão *carvan* (10), e no português está no radical de *carpinteiro*, *carpinteirar* e *carpintaria* (11), tudo em armação de madeira, foi de origem céltica, e levaram-no os Romanos, da Gália para Roma; era carro usado principalmente pelas mulheres romanas; servia de carro do correio e comunicações (12).

(7) Georges Dottin, *La Langue Gauloise*, Paris, 1920: *Carrus* — Palavra de origem céltica, que deu em irlandês e bretão *carr*, em francês *char* e *charriot*; palavras derivadas: *Carruca* — carro de duas rodas, em francês *charrue*; e — *carrago*, cêrca e depois conjunto de *carri*; págs. 109 e 243. Estamos a reconhecer nesta palavra a nossa *charrua*.

(8) *Charpente* (vigamento), reunião de peças de madeira, *charpentier* (o artista que trabalha em *charpenterie* ou obra de *charpente*).

(9) *Carfau*, trave, barrote.

(10) *Carvan*, cilindro de madeira do tear.

(11) No latim: *CARPENTARIUS-A-UM*, referente a *CARPENTUM*; *CARPENTARIUS-I* e *CARPENTARIUS ARTIFEX* ou *FABER*, o oficial construtor e operário da construção de *CARPENTA*. De *CARPENTARIUS* (na Idade Média *MAGISTER CARPENTARIUS*, o mestre carpinteiro) veio o nosso operário e mestre *CARPINTEIRO*.

(12) Georges Dottin, *Obr. cit.* pág. 242.

A ESSEDA ou o ESSEDUM era o carro de combate de Gauleses, Belgas e Bretões. Teve de se haver com ela, e com a tática mestra dos inimigos, a habilidade militar de César, através da Gália e quando passou à Gran-Bretanha. Levou-a depois para Roma, onde foi carro de luxo, muito leve, com as suas duas rodas, a dois cavalos; usaram-no as damas, e foi empregado no tempo do Império para passeios e viagens cómodas e rápidas. No circo era tripulado pelos ESSEDARIÍ, gladiadores recrutados na Gran-Bretanha <sup>(13)</sup>.

A REDA gaulesa foi também adoptada pelos Romanos; era forte, grande, com quatro rodas radiadas, para transporte de muitos passageiros em comum e para cargas pesadas; atrelava oito ou dez cavalos ou muares, segundo a estação. Utilizavam-na particulares; os senadores podiam guarnecê-la de prata e marfim, a ponto de a cobrirem por completo; mas destinava-se principalmente aos transportes públicos. A ESSEDA ou ESSEDUM e ao CISIUM, carros leves e rápidos, aquela com duas rodas e dois cavalos, este com duas rodas e um cavalo ou com duas e dois animais, em regra muares, opunha-se o carro pesado, moroso, de grandes cargas de passageiros e de mercadorias, que era a REDA ou RHEDA.

Exceptuando o CARPENTUM, quando adaptado a passageiros, estes carros eram descobertos. O CARPENTUM, cujo nome se generalizou a todos e quaisquer carros de carga, cobria-se de um toldo arqueado, semi-cilíndrico, e ricamente ornado; armava desta forma a CAMARA ou CAMERA em ARCUS, e passava a ser o CARPENTUM ARCUATUM; serviu-lhe sugestão a câmara arredondada, com tecto de berço, que se dispunha na pôpa dos barcos para transporte de pessoas.

Nos primeiros tipos, que essencialmente não diferiam muito entre si, podemos ver as variedades das nossas carroças, pequenas e grandes. No CARPENTUM com toldo cilíndrico desvendemos a montagem ocasional dos toldos de carroças de toda a ordem e também de carros de bois, exigida por necessidades e conveniências de momento; como também reconheceremos o toldo permanente do CARRO ALENTEJANO (CANUDO), o CARRO ALGARVIO (de toldo de oleado), CHURRIÃO, CARROMATO, e congéneres <sup>(14)</sup>.

Como os carros romanos eram desprovidos de ornamentações, e, quando as tinham pelo emprego das classes nobres e poderosas, atingiam opulências desproporcionadas com a origem deles, também as nossas carroças, muito longe embora de riquezas e exorbitâncias de ostentação, foram ornamentadas: ora a cor, viva ou morna, as cobria por inteiro, sem mais decoração, tanto as decorando como as distinguindo e animando pelo realce do tom, ora com desenhos pintados nas tábuas da caixa do carro, na ilustração policrómica que percorria os aros, os raios e os cubos das rodas, e alongava pelos varais. Carroças grandes e carroças pequenas da nossa terra entroncam nestes tipos dos veículos céltico-romanos, em que, apesar das variedades nativas e das transformações sofridas pela sua romanização, facilmente se reconhece identidade de origem.

3

Outro tipo é o PLAUSTRUM ou PLOSTRUM itálico, pesado, grosseiro, de nítida primitividade, empregado nos trabalhos rurais e nos transportes de provisões agrícolas para as cidades. Sucessivamente levaram também tudo quanto o campo fornecia aos povoados, para suprir as neces-

---

<sup>(13)</sup> D'Arbois de Jubainville, *Le char de guerre chez les Celtes*, em *Revue Archéologique*, 1888, Nouvelle Série, Vol. XI, pág. 194. CÉSAR, nos COMMENTARIÍ DE BELLO GALICO, descreveu a tática dos ESSEDARIÍ com as ESSEDA: "*Genus hoc est ex essedís pugnae...*" (Cap. XXXIII).

<sup>(14)</sup> Os toldos ficam lisos e silenciosos de desenho e ornato, ou são coloridos, falantes, decorados interiormente de borlas («borlas») nos «carros dos lavradores», e acolchoados, nos CANUDOS alentejanos, de toldo de linhagem; os de oleado ou de tela oleada apresentam-se também lisos ou com desenhos largos, a tinta amarela de óleo, sobre a superfície azul ou verde, no Algarve.

sidades urbanas, como pedra, ladrilhos de barro (*lateres*), telharia (*tegula e imbrices*), madeira, lenha, etc. O PLAUSTRUM MAJUS tinha quatro rodas; os menores (PLAUSTRA MINORA) e o PLOSTELLUM, pequeno PLAUSTRUM, tinham apenas duas. A característica, porém, destes veículos, e a que mais e melhor os distinguia dos outros, era o uso da roda cheia, roda inteira e maciça, que, pela forma de tambor, teve o nome de *tympanum*; se, depois, usaram também a *roda radiata*, não deixou nunca de ser empregada a roda primitiva. A trela era de bois. Estrado grosso, em cima do jogo das rodas fortes e pesadas, solidárias com o eixo, a junta de bois atrelada ao cabeçalho recto pelo jugo, cruzado próximo da extremidade anterior, aí temos o antepassado do nosso «carro de bois», o carro rural por excelência.

O PLAUSTRUM primitivo modificou-se, recebeu quatro rodas; o de duas rodas abandonou as *tympana*, e radiou-as, pelo que se tornou mais leve e menos estridente do atrito do eixo no respectivo apoio; o PLAUSTRUM MAJUS não poderia empregar as quatro rodas maciças, a não ser com aumento de número de juntas de bois. Porque também apunham cavalos ao PLAUSTRUM, as rodas dele, neste caso, tinham de ser radiadas. O desenvolvimento deste carro proveio dos usos, que foi tendo. De carga rural ao serviço urbano, de transporte de cargas ao transporte de pessoas, especialmente de mulheres, em que foi empregado, havia de sofrer transformações correspondentes; ficou mais leve; recebeu ornamentos, afeminou-se, quando serviu às mulheres; era mais rápido. Por influência dos outros veículos de trânsito em Roma e outras cidades, confundiu-se com eles a pouco e pouco, e foi uma das variedades, já numerosas e mais ou menos opulentas, dos VEHICULA urbanos e de transportes pessoais de viagem nas apuradas vias do Império.

Também os nossos CARROS DE BOIS, os PLAUSTRA adaptados à vida provincial, que os colonizadores romanos trouxeram para os seus movimentos e à vida de relação, como, os mais primitivos, para a vida agrícola das VILLAE senhoriais e dos POPULI, VICI e PAGI, ao serviço dos indígenas, — também os nossos PLAUSTRA de rodas maciças receberam melhorias: se por todo Portugal, maiores ou menores, de estrado ou leito mais ou menos largo, rectangular ou de frente arredondada, e ainda liriiforme, cheio, inteiro, ou reduzido ao perímetro e sem tabuado ao centro, para o transporte de pipas (Douro), têm rodas maciças com as aberturas: olhais, vãos, em Trás-os-Montes «elos» (entre o *miulo*, *mium* ou *mão* e as *cambas*)<sup>(15)</sup>; mais ou menos amplas, para aliviar o peso; pelo Sul a forma é mais uniforme (rectangular) e frequentemente as rodas foram substituídas pelas de raios (*Carreta*). A *carreta* estremenha e alentejana, forte, para cargas grandes, em terreno menos acidentado, anda sobre rodas radiadas, atrelada a um boi, uma ou duas juntas, consoante às circunstâncias do tiro e do caminho. De duas rodas passaram a quatro, estenderam o leito, e transformaram-se nos grandes e pesados *carretões*, que, ainda não há muito tempo, entravam em Lisboa, puxados a uma ou duas juntas de bois.

Imaginemos estes carros romanos, o CARPENTUM, que, apesar de usado para transporte de luxo na evolução dos VEHICULA, deu o nome genérico a todos os carros de carga, o CARRUS ou CARRUM, variante do antecedente, a CARRUCA ou CARRUCHA, para carga e adaptado a carro de luxo e cidade, este de duas rodas ou quatro, quando grande, e aqueles com duas: imaginemo-los a percorrerem as estradas através da Península, para chegarem à Lusitânia. Pela vasta rede

---

(15) A roda tem a grande peça de suporte central da estrutura, de madeira, que é o *miulo*, *miule*, *mium*, *mão*, etc., nomes conforme às regiões, e duas peças, que simetricamente encaixam nela, as *cambas*, e se fixam à primeira fortemente.

longitudinal e transversa de vias públicas e militares, esses carros trouxeram e levaram os ricos colonos, que encheram de *Villae* pomposas com magníficos mosaicos, numerosos em cada uma, como os de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) e de Torre de Palma (Vaiamonte, concelho de Castelo de Vide), em extensos *latifundia*; trouxeram as autoridades consulares e imperiais, que fundaram e desenvolveram urbes, exploraram minas e termas, e toda a gente do Lácio, desde esse Sertório, semi-real, semi-lendário, para a romanização do território e da gente. Por elas e nos carros pesados chegaram as cargas, ricas e pobres, artísticas e comuns, que espalharam modelos e cultura, e vieram com os soldados da ocupação na carriagem militar, que não era mais do que a massa dos *VEHICULA* pesados, com adaptação a transporte e impedimenta das legiões.

Andaram por estas ruas da *Olisipo*, *FELICITAS IULIA* <sup>(14)</sup>, que disputava a *EMERITA AUGUSTA*, a capital da Lusitânia romana, as delícias da situação geográfica à beira do Tejo e a riqueza lendária, multissecular, da terra, cujas éguas, por milagroso condão, o vento fecundava.

Aqui temos ainda em solo de Lisboa os vindouros dessa variada carriagem dos civilizadores, nos tipos do *CARPENTUM* e da *CARRUCA*, a dar-nos modelos de *CARROÇAS*, e o *PLAUSTRUM* pesado, bovino, a fornecer-nos o do *CARRO DE BOIS*. E esses carros, que os Romanos trouxeram e aperfeiçoaram, ou substituíram os carros indígenas, tê-los-iam usado nas mesmas estradas, nos mesmos usos no campo e nas cidades os invasores germânicos, modelo que eles conheciam por si e das travessias pelos países célticos de origem, ou ainda na sua primitividade de modelos e estruturas, ou já modificados pela romanização desses mesmos territórios. Servir-se-iam deles os invasores africanos. Servimo-nos deles nós também até hoje. E eles aí andam, as carroças e os carros de bois, nas labutas intensas do nosso tempo, hoje como outrora nas mesmas andanças de transporte na Cidade e para a Cidade.

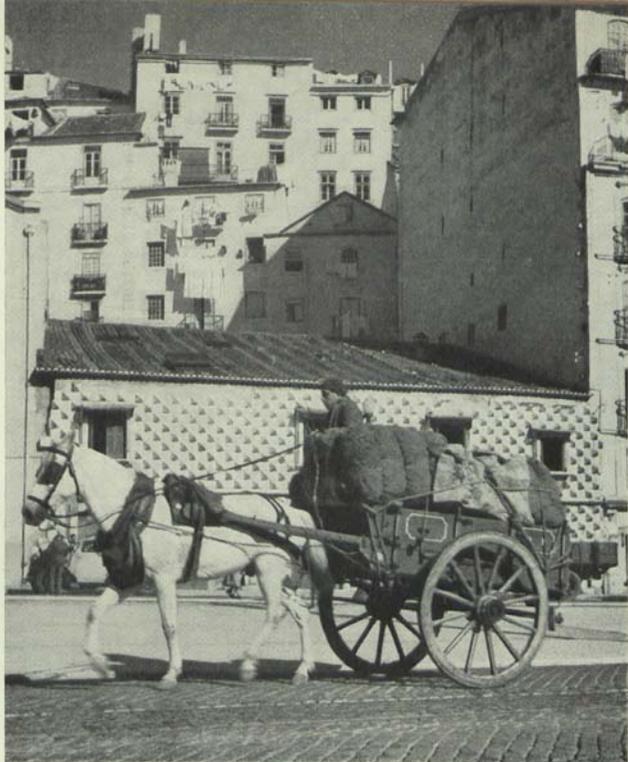
4

Passam pelas ruas de Lisboa umas *CARROÇAS* pequenas, quadradas, de duas rodas radiadas, com um cavalo, um burro, ou uma muar, que atingem velocidade apreciável com cargas pequenas; vai o cocheiro na boleia, às vezes com uma pessoa mais. Passou por mim, há tempos, na Rua das Canastras, plena Baixa, uma destas carroças, toda pintada de fresco a tinta encarnada, e tão veloz e graciosa como libélula à beira da água. Há-as pintadas de azul, de verde, e de lilás; vão largando a tinta com o uso e o tempo, até perderem a cor. A tinta abrange-as por completo: caixa, boleia, rodas e varais; umas emolduram as tábuas laterais da caixa e da «tampa» ou «taipal» móvel da retaguarda, com um viés de cor diferente, que risca os raios da roda, ao comprido, e o aro dela, pela parte de fora, e percorre o varal; ou com dois vieses da mesma ou de cor diferente. Empregam-se em cargas leves, ao serviço de donos com certo orgulho no seu carrinho.

Algumas aplicam-se à venda da hortaliça e das frutas nas ruas, mas essas têm mais enfeites, acumulados, sem gosto, e andam sujas e mal tratadas.

<sup>(14)</sup> «*Municipium civium Romanorum Olyssipo, Felicitas Julia cognominatum*», Plínio, *NATURALIS HISTORIA*, liv. IV, p. 412 (ed. de Desaint, Paris, 1771). Lisboa disputava primazias a Mérida, e era na verdade a segunda capital da Lusitânia: Leite de Vasconcelos, *RELIGIÕES DA LUSITANIA*, vol. III, pág. 173, n.º 4; e E. Hübnér, *LA ARQUEOLOGIA de ESPAÑA [Y PORTUGAL]*, p. 168. Veja-se um aspecto histórico da Cidade romana em «A necrópole de Olisippo e a via militar», estudo publicado em *O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS*, por Félix Alves Pereira, vol. XXVI, 1923 & 1924, pág. 181 e ss.

CARROS,  
CARRINHOS  
E CARROÇAS  
DE LISBOA



Carroça grande,  
com taipais ornamentados  
(retângulos de cantos curvos,  
com «plumas» ao centro;  
todos coloridos)



Carroça pequena,  
de taipais ornamentados  
(rosáceas coloridas)



Galera, que vem dos arredores  
a Lisboa; também algumas  
têm os taipais ornamentados

CARROS, CARRINHOS  
E CARROÇAS DE LISBOA



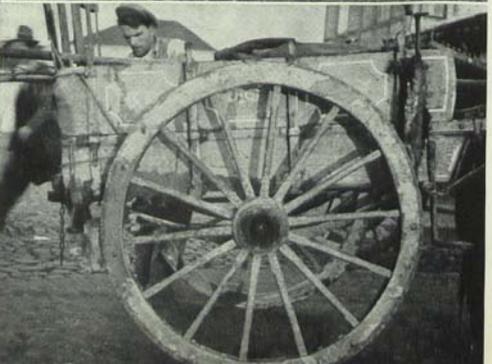
Carroça, desprovida de ornatos,  
de rodas com pneumáticos



Carroça [alta] rectangular, sem ornatos



«Carroça baixa», de fundo próximo do solo



Roda de carroça com taípais decorados

As carroças maiores, para pesos de monta, são mais largas, com costado ou taipal de dois quadros, separados por um dos prumos de contraforte e apoio das cargas; chamemos-lhes, por facilidade de referência, «carroças de duas tabelas»; outras, de dimensões imediatamente superiores, para as cargas maiores que estes veículos podem suportar, têm três divisões de costado (tabelas), separadas por dois prumos, e são rectangulares, alongadas; chamemos-lhe, pela mesma razão, «carroças de três tabelas». Atralam cavalo possante ou mular, acompanhados por vezes, de um jumento ao lado, fora dos varais, com tirantes suplementares. A ornamentação é semelhante à das carroças miúdas: uma cor por igual (azul, verde, lilás, raro vermelho escuro, castanho, amarelo), com filetes simples ou duplos em cada tabela, curvos, para dentro, nos cantos; no centro de cada tabela apresentam desenhos mais ou menos complicados, rectilíneos, embricados, geométricos, enlaçados, rosáceas variadas, estrelas de cinco e mais pontas, inscritas ou não numa circunferência ou num disco de cor diferente, flores estilizadas («plumas»), a branco, de cores variadas, com policromia vistosa em algumas (cunho de «Arte popular»). A cor dos filetes ou vieses é a mesma ou variante, e dessa mesma forma vai decorar os raios das rodas na face do aro e no rebaixo ou bisel das arestas dos raios, e corre também pelos varais adiante.

As CARROÇAS BAIXAS destinam-se a cargas, que ficariam muito alto nas carroças altas ou de estrado alto: transportam os volumes verticalmente; enquanto as outras se distinguem pelo estrado assente na estrutura rígida do veículo, apoiada no sistema eixo-rodas, as «Carroças Baixas» suspendem-no dessa estrutura de suporte, de forma que o leito dista do solo cerca de vinte a trinta centímetros e oscila na suspensão; aos lados, em cima e em baixo, têm uma galeria de prumos alinhados ou balaústres, que, em alguns exemplares, são bem torneados. Não apresentam outra qualquer nota decorativa, que não sejam estas varandinhas rasgadas; recebem cor uniforme. Atralam um animal e frequentemente outro, fora dos varais, se a carga o exige.

As GALERAS, para serviço de cargas dos arredores para a Cidade, são compridas, de «três e quatro tabelas»; atralam três cavalos ou machos; andam pintadas por igual de azul, verde, vermelho, castanho, por vezes de amarelo, e às listas ou faixas diferentes; nas mais cuidadas encontra-se a mesma ornamentação das CARROÇAS altas, com emoldurados de listéis simples ou múltiplos, curvos nos cantos, e as «plumas» ou os mais desenhos decorativos no centro das tabelas; correm sobre quatro rodas em dois pares, maior o de trás, menor e girante lateralmente, para a direcção, o da frente, facto que as distingue de todas as outras carroças anteriores, providas de duas rodas apenas, de rodas fixas ao eixo (carros de bois), ou girantes nele (carretas de rodas radiadas), e muito maiores nas CARROÇAS BAIXAS, que têm de suportar outra disposição da carga total transportada <sup>(17)</sup>.

Os CARROS DE BOIS, quando vêm ainda e condicionalmente à cidade, no transporte de produtos hortícolas para os mercados, têm disposição adequada à carga, com roda radiada e resguardos altos. O CARRO rural, mais pesado, de rodas cheias, não entra na Cidade; trabalha nos subúrbios; é o tipo comum em todo o território português, ressaltando as dimensões e a forma, bem como a maior ou menor abertura dos buracos da roda maciça (o «tympanum» romano), já muito frequentemente substituída pela roda radiada. Sem entrar em minúcias, formam esque-

---

<sup>(17)</sup> As carroças, quando se destinam a cargas, que atingem altura superior ao normal, quer pelas dimensões delas, quer pela sua constituição, elevam a guarda dos taipais com um resguardo de tabuado de grade permanente. As galerias têm os taipais fechados ou gradeados. A cor e a distribuição dos coloridos abrangem esta gradaria fixa.

mãticamente o carro vulgar: — o *chadeiro*, com o «cabeçalho», as «chedas», o «solho» ou leito, os «coucões», — e o *rodado* ou rodeiro, com o «eixo» ou «eixes», o «miúdo» ou «mium», as «cambas», as «rêlhas», as «sobrerêlhas» e os «rastos» (18). Consoante à carga transportada, seguram-na com os «fueiros», (no Norte, «estadulhos»), os «taipais» e as «tabuletas», ou as «caniças» e as «sebes».

Os bois atrelam à canga, que não apresenta ornatos, nem é colorida: tem a feição primitiva, com as curvas inferiores, para assentarem no cachaço do gado, e os recortes superiores para a segurança no cabeçalho do carro e a fixação nos animais (19).

Há carros com varais paralelos para um boi, que fica entre eles, e carros para carga maior para dois bois atrelados pelo jugo ao cabeçalho central único. Nas grandes CARRETAS e nos CARRETÕES (20), para transportes volumosos, compridos e pesados, então com o leito grosso e resistente, atrelam duas e três juntas de bois, com varal móvel e tirantes, que prolongam a extensão do arranque e a adjução do gado em coluna.

Pelas estradas dos arredores de Lisboa ouve-se o chiar dos carros, a que os poetas romanos já aludiram, ao falar do PLAISTRUM, o antepassado romano destes carros; Virgílio referiu-se à estridência deles (21). A chiadeira (22) e o «aboiar» dos carreiros, a animarem o gado, vão animando o bucolismo virgiliano das vizinhanças da Capital.

Aparecem de vez em quando na Cidade os CARROS ALENTEJANOS, com a sua feição especial, de grades laterais (os taipais), leve, de atrelagem a uma muar ou duas, com o colar de tiro, que é o «mulim» ou «coalheiro» com algumas borlas, e a «barrigueira»; são aqui, porém, carros de trânsito raro, sem o aparato dos jaezes alentejanos (23); serviram na carriagem militar, hoje substituídos pelas carroças vulgares, galeras («carros de esquadrão») e pelos carros automóveis (24).

---

(18) Vergílio Correia, em TERRA PORTUGUESA, «O Carro Rural Português», n.º 21-23, Lisboa 1917, p. 198 e ss., e em VIDA E ARTE DO POVO PORTUGUÊS, «O Carro Rural», Lisboa, 1940, p. 105-113. Armando de Mattos, A ARTE DOS JUGOS E CANGAS DO DOURO — LITORAL, Porto, 1942.

(19) Eugenius Frankowski, em TERRA PORTUGUESA, n.º 2, págs. 33-43 (1916) «Cangas e Jugos Portugueses de jungir os bois pelo cachaço».

(20) Fr. João Pacheco, em DIVERTIMENTO ERUDITO, Tomo II, Lisboa, 1738, distinguia entre «Carro» e «Carreta»: — a «Carreta» era «tirada por bois, com rodas de grandes raios, à moda de sege com tudo o que tem o Carro, mas de leito mais estreito e com diferença». O Carretão é de grande estrado, com quatro rodas baixas, espécie de grande zorra com rodas radiadas.

(21) Virgílio, GEORGICAS, liv. II v. 206 e 446, III, 140, 362, etc. Horácio, DE ARTE POETICA, verso 275.

(22) O Carro «cantadoiro» faz as delícias do carreiro e anima os bois. O Conde D'Aurora publicou em O CARRO DE BOIS MINHOTO a seguinte quadra alusiva ao «canto» do carro:

Quem quiser que o carro cante,  
Molha-lhe o eixo no rio;  
Depois do eixo molhado,  
Canta como um assobio.

(1935?) pág. 18.

(23) José da Silva Picão. *Através dos Campos*, Lisboa, 2.ª ed. 1947, págs. 218-222, 223 (carros), e «aprestos de cavalgadas», pág. 240 e ss. D. Sebastião Pessanha, em TERRA PORTUGUESA, n.º 21-23, (Lisboa, 1916), «Jaezes Ornamentados», págs. 27-28, 40-42.

(24) Os amuletos preferidos pelos carroceiros, para protecção das carroças em que servem, são o chifre e a ferradura; a trasladação destes amuletos, em contacto e continuidade do uso e dos carros, aplica-se a automóveis de carga (caminhetas e caminhões), em que aparecem já também cores, disposições delas (às listas ou faixas), ornatos próprios das carroças.

Gente de fora, que andou por cá nos séculos XVIII e XIX, deu notícia dos carros e fixou-lhes, em desenhos, gravuras e quadros a óleo, as formas e o emprego. Aí os temos de Murphy, em *A GENERAL VIEW OF THE STATE OF PORTUGAL* (Londres, 1798), Breton, em *LES VOYAGES EN ESPAGNE ET PORTUGAL* (Paris, 1816), em desenhos de Henri L'Évêque e óleos de Delarive com aspectos de Lisboa e de Belém (então, em 1816, fora da Capital), sem falar de Baillie, Beckford, Bradford, Doumet, Harrison, Kinsay, Pillement, e de *SKETCHES OF THE COUNTRY, CHARACTER, AND COSTUME OF PORTUGAL AND SPAIN* (Londres, 1910), com notícias, descrições, desenhos, vistas, quadros a óleo, quanto se relaciona com os carros de bois, nos tipos, nos usos e nas adaptações a fins em interesse rural e de trabalho mercantil. E têm chamado a atenção de pormenor a pintores de ar livre como Silva Porto e a aguarelistas de intenção etnográfica do valor artístico de Alberto Sousa (25) e Alfredo Morais. Tipos de Lisboa, nas litografias de Macphail, aproveitaram a nota de pormenor dos carros de bois, por exemplo o «Paizano dos arrabaldes de Lisboa»: ao lado do homem da capa de palha («palhoça», «coroça» ou «croça»), aparece o carro de bois, de rodas cheias, e a carga dentro de caixa de alto taboado. E levámos este tipo de carros para o Brasil, onde continuam a sua tarefa agrícola e têm dado ocasião sugestiva a estudos e comentários, a inquéritos e desenhos (26).

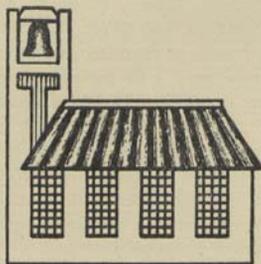
*Luis Chaves.*  
(Do Museu Etnológico)



(25) Em Alberto Sousa, *O TRAJO POPULAR EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVIII E XIX*, Lisboa 1924, vêem-se reproduções de estampas de autores estrangeiros com costumes populares, onde aparecem carros de bois.

(26) Ver por exemplo: — Luis da Câmara Cascudo, em «Jornal do Comércio», Rio de Janeiro de 23/3/1941; — Bernardino José de Sousa, *O CICLO DO CARRO DE BOIS NO BRASIL*, Inquérito para estudo, Rio de Janeiro, 1942; — Lúcio de Castro Soares, «Carro de Bois», com a nota, a pág. 129: «espalhado por quase todo o Brasil, é hoje encontrado ainda em grande número na região Nordeste», em *TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL*, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 5.ª edição, Rio de Janeiro, 1949, págs. 129 e ss.; este último trabalho inclui preciosa ilustração do carro com a carga, as sucessivas juntas de bois e os respectivos carreiros.

NOTA FINAL: As carroças, neste momento, sofrem das condições económicas; os donos pintam-nas de uma cor só, para as conservar; a isso se limitam; a decoração embelezante aparece, envelhecida, num ou outro exemplar.



## UMA IGREJA DO SÉCULO XI EM LISBOA?

Os. de bald̃r. R. sal. (1): são as palavras que antecedem a descrição da tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques, da pena de um dos cruzados da frota inglesa.

Tenho que aquelas abreviaturas se desdobram assim: *Osberni de Baldur Rogerus salutem*. Os nomes próprios desta frase correspondem em inglês a *Osbern, Balder e Roger*. Traduzindo, portanto, em português: A Osberne de Balder (2), Rogério (deseja) saúde. Quem seriam estas personagens?

Encontro o seguinte, no «Nuevo Atlas del Reyno de Inglaterra — En Amsterdam, en la Oficina Blaviana (Amesterdami, Apud Johannem Blaen, 1662)», pág. 144: «Guilherme o Bastardo conquistou a Inglaterra, e Guilherme filho de Osberne, que foi seu Marechal, e conde de

(1) Fotocópia da Biblioteca Nacional de Lisboa, cota 9.817, dos Mss.

(2) Existe a povoação *Balderton* no condado de *Nottingham*. *Ton*, o mesmo que *town*, significa povoação.

Hereford <sup>(3)</sup>, entrou por armas na ilha de Wight, e foi o primeiro senhor dela». «A série de senhores que teve segue em esta maneira: morto Guilherme Fitz <sup>(4)</sup> Osberne pouco depois na guerra de Flandres e desterrado Rogério seu filho, se agregou à coroa e Henrique Primeiro, Rei de Inglaterra a deu a Ricardo de Rideurs», etc.

A reconquista de Lisboa deu-se em 1147, doze anos depois de ter morrido Henrique I. O Rogério do documento pode ser o Rogério Osberne, a dirigir-se a um parente.

Apurou-se que o exemplar existente da crónica Osberne não é o original mas sim uma cópia, pelo que não admira que tenha erros que façam com que não se entendam bem certas passagens.

Na descrição do templo dos mouros diz o cronista: *templum quod VII columpnarum ordinibus cum tot cumalis in altum consurgit* <sup>(5)</sup>. O Dr. José Augusto de Oliveira traduz esta passagem assim: «templo que se sustenta sobre sete ordens de colunas com outras tantas cimalthas». Tem, porém, estas anotações ao texto: *templum*, erro de *templo*; não conhece a «palavra de que seja forma *cumalis*. Stubbs lê *cumulis*, posto que no manuscrito esteja *cumalis*; mas não vejo como aplicar aqui a sua significação. Suponho a palavra erradamente escrita, em vez de *cumatiis*, forma de *cumatium* ou *cymatium* que significa cimaltha de coluna».

Castilho dá esta versão: «Templo erguido em sete renques de colunas com outras tantas cimalthas, isto é, talvez, com as competentes arcadas» <sup>(6)</sup>.

Pretendia o insigne arqueólogo que o templo que o cruzado viu fosse o antecessor da actual Sé e quis harmonizar o número de ordens de colunas com as existentes, pelo que emendava para VI o VII, levando à conta de erro de cópia.

Eu suponho que *cum tot cumalis* é erro de *cum tecto cunalis*, quer dizer, com tecto de berço. Entendo a frase assim: templo com tecto de berço erguido em ordens de sete colunas.

O templo era, portanto, uma igreja românica de abóbada de *berço*.

Antes de principiar o assalto a Lisboa, estabeleceram-se conversações entre parlamentários enviados por D. Afonso Henriques e as autoridades árabes; entre estas estavam o alcaide e um bispo que, segundo Herculano, seria moçarabe.

O elemento que predominava então na cidade era o cristão hispano-godo, que se tinha adaptado à cultura árabe; e muitos dos mouros lisboetas eram mouriscos, quer dizer, conversos ao cristianismo, pois, quando foram obrigados a abandonar os lares, as suas lamentações eram à Virgem Maria.

Segundo o cronista, o bispo era muito idoso. O Dr. José Augusto de Oliveira diz ser aceitável que ele o fosse desde a ocupação de Lisboa por D. Afonso VI de Leão em 1093, e que, se à data da nomeação tivesse 40 anos, poderia existir ainda em 1147, com a propecta idade de 92 anos. Podemos-lo fazer mais novo, porquanto, só em meados do século XVI, pelo Concílio de Trento, se fixou o mínimo de 30 anos para os bispos.

Era D. Raimundo quem superintendia no condado Portucalense de 1093 a 95, e poderia ter sido ele que tivesse mandado construir a igreja cristã de Lisboa. Se tinha sido edificada por e para cristãos, os árabes nestas circunstâncias repetavam-na, como o fizeram em quase toda a parte onde dominaram.

---

(3) Cidade da Westfalia.

(4) Corrupção de *filius*.

(5) *Conquista de Lisboa aos Mouros*, Ed. da C. M. L., 1936, pág. 108.

(6) *Lisboa Antiga*, vol. V, Ed. da C. M. L., 1936, pág. 184.

(7) *Conquista de Lisboa aos Mouros*, pág. 133.

Após 1095, se faria nela o culto moçarabe, caracterizado em especial pela ausência de imagens humanas e pela leitura da Bíblia em árabe.

No Selo da Câmara de Lisboa, de 1352, publicado na «História Genealógica da Casa Real Portuguesa», de D. António Caetano de Sousa, Ed. 1788, tomo IV, estampa J, está representada uma igreja por detrás da Sé que, talvez, seja a que acima me refiro.

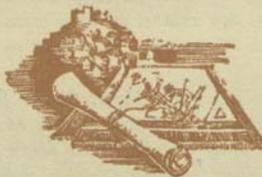
O padre António Carvalho da Costa, na sua «Corografia Portuguesa», Lx.ª 1712, 3.º vol., refere-se assim às duas principais igrejas existentes em Lisboa no tempo dele:

Pág. 342: «Entre os sumptuosos Templos, e excelentes Paróchias, que tem esta Cidade, he o primeiro a Sé, da invocação de N. Senhora da Assumpção, igreja de três naves»...

Pág. 349: «A Igreja Parochial de S. Jorge he a segunda depois da Sé, tem duas portas, a principal para o Poente, e outra para o Norte». «Quando a Sé está interdita, vão os cónegos a esta Igreja rezar por costume o Officio Divino».

Julgo que esta igreja de S. Jorge, que deve ser a que vem na vista de Jorge Braunio, de 1593, não se identifica com a do Selo; mas a deste é possível que seja aquela que os cruzados ocuparam quando tomaram Lisboa aos Mouros.

*Sousa Gomes.*



# ACONTECIMENTOS CITADINOS

Concerto polifónico  
no Pavilhão dos Desportos



O Sr. Embaixador de França  
condecora o Sr. Presidente  
da Câmara Municipal de Lisboa



O Sr. Luis Pastor de Macedo,  
Vice-Presidente da Câmara  
Municipal de Lisboa,  
falando na cerimónia do descerramento  
da lápida ao Conde Monsaraz,  
na Rua Vitor Cordon





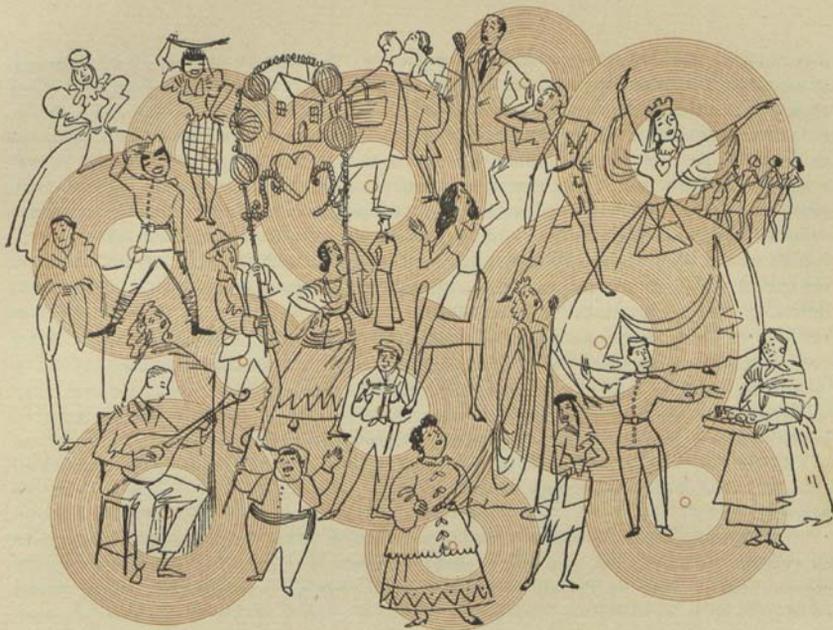
Aspecto da assistência a um concerto realizado no Pavilhão dos Desportos



As colectividades que organizarem as marchas populares em 1952, entregam mensagens aos Srs. Presidente e Vice-Presidente do Município



Inauguração do «Stand» da Câmara Municipal na Feira Popular



## L I S B O A , GRAVADA NOS DISCOS

I

**D**uma forma geral, não é densamente lírica nem *realista* a ideia (?) dada pelas coplas ou «*falas*» dos discos gravados, com motivo na nossa Capital: ou se traduz num humorismo (?) de carrascão ou numa pseudo-meiguice jaculatória de capilé de avenca, sem se saber qual mais agoniativo, pela saciedade.

Exceptuam-se já, já, — e haveremos de eleger bastantes outras, ainda assim! — as maravilhas que o Amor a Lisboa tornou versos, na pena, molhada em sensibilidade e «*posse*» conhecedora, de Norberto de Araújo para as Grandes Marchas de Lisboa desde 1935, poemas deliciosos, ensinadores de quanto pode ser Sublime o *popular* autêntico (o populismo das flores de prado ou pomar, das bicas de telha entre ervinhas sempre chorosas mas regaladas da bênção da água fresquíssima, dos rosários de pinhões, dos registos de santos para os romeiros, alegres de vinho, entalarem na fita do chapéu...) — poemas tanto mais milagreiros de casticismo e alegria, quanto havemos de convir que a música de Raul Ferrão, indiscutivelmente *popular* também, o é dum

outro quilate, menos *poético*, porventura por excessiva facilidade de produção, só ascendendo à inspiração floridinha do poeta, na «*Marcha do Centenário*», gravada pela agradável Maria Clara (do outro lado duma gabarolice admissível: «*Rainha do Império*») e, com boa vontade, no «*Lá vai Lisboa...*», que Beatriz Costa estridulou na ebonite, com tamanho êxito. (Farto-me de ressaltar que não confundo, nunca, *êxito* e *mérito* — só este segundo interessando ao meu estudo e à minha crítica). Já, por exemplo, a *marcha-de-Lisboa* em que se bisa — «*Olha o manjerico!*» — é para sensibilidades de ouvintes com boa receptividade à poesia popular, um apenas suficiente serviço da música a versos alfacinhas amoráveis. (Não invalida e antes tonifica a minha opinião o facto de poder ter sido feita primeiro a música e adaptada depois a letra, comodismo em que sei por experiência própria serem contumases fecundos compositores). Ao coronel Ferrão devem, porém, os discos sobre motivos lisboetas, trunfos indiscutíveis, sem os versos entrarem em linha de conta, por sonsos ou até palerminhas de todo... — dizendo melhor: sem a «*letra*» poder considerar-se agrupado de veros «*versos*»; é, de resto, infelizmente, o que acontece na maioria dos casos! No estribilho duma das «*Marchas de Alfama*» de 1935 — que, por sinal deram ao Grupo «*Boa União*», do bairro, o prémio, — há uma terrível cacofonia que Beatriz Costa involuntariamente sublinha... sem, verdade seja, ninguém se ter dado por achado. — Lembram-se? — «*No alto mar/Fomos nós sempre os primeiros/Com Alfama a palpitar/Em fardas de marinheiros./Porque, afinal,/Foi nessas pobres vielas/Que nasceu o Portugal!*»... (É agora — e eu nem escrevo!).

O feitor das coplas, Frederico de Brito, que o curioso Albino Forjaz de Sampaio descobriu, ao guiador dum automóvel, — donde o apodo de «*poeta-chauffeur*» e o livrinho de quadras augustogileanas «*Musa ao Volante*» — seria um poeta popular (este adjectivo, agora, tomado na acepção mais standardizada, mais comum) com o cunho e o colorido de «*casa de iscas*» e *arraial-de-páteo* que têm os versos de Linhares Barbosa, ou o dramatismo de *rusga* policial e *bicos-de-gaz*, que carrega os de Gabriel de Oliveira, (autor do celebradíssimo fado «*Há festa na Mouraria*») seria talvez até mais «*perfeito*» — ainda estou sem saber se este qualificativo eleva ou limita um poeta... — se não houvesse na maioria das suas *letras*, a amesquinhar, a minimizar tudo, o pior caruncho, quanto a mim: o «*alindismo*», o «*sortido fino*», o «*gongorismo primário*», a «*possidoneira pires*» (sem nisto haver redundância — que o «*pires*» não se identifica totalmente com o «*possidónio*», perante esteticismos subtis até na atenção a frioleiras). Assim, este meu amigo Frederico, mais outro Brito (Miralles) construíram, muito graciosamente quanto à música do segundo, a *marcha do Bairro Alto* — do Bairro Alto, *ahn?*... — chamada «*Lisboa Linda*», que a voz, dona de comunicável feitiço, de Arminda Vidal, gravou com a *Marcha da Mouraria* («*A Mouraria somos nós*») na outra face. — Bem. — Mas... que cuidam os senhores ser o vocabulário de Britinho (é como o conhecem no meio) na *marcha do brigão* e *gingão* Bairro Alto? — Isto, entre mais bordados a matiz, — meus desapontados correligionários em Casticismo e «*Bairrismo... Alismo*»: — *Lisboa linda/Meu rosicler/Tu tens ainda/A graça infinda/etc...!*... «*Rosicler*», senhores! E a cantiga também diz que o Bairro inspirou «*menestreis*»!!! — Então isto não é melhor para a Estefânia ou para o Bairro Catarino, quando não para a artéria ou via Possidónio da Silva, se lá houver agremiação recreativa? — Para o Bairro Alto, faz pena! Do outro lado do disco, a coisa não é tão *chique*, felizmente... Todavia, a banalidade de arranjar metáforas para os balões com côtos a arder, lá dentro, já cheira a morrão e a papel... rasgado, como dizia o outro. Até o famigerado e muito passeado cantarino senhor Alberto Ribeiro atira, com o seu preciosismo peculiar, rendosíssimo, um tal — «*Balão! Balão!*» — que palavra de honra, os senhores, como eu, ouvem — «*Palão! Palão!*» — Mas foi gravado antes de os jornais todos anunciarem o ele haver recebido 320 contos por 8 recitais em Johannesburgo.

É deste felizado, em música e voz, e com letra de Brito, a «*rengaine*» adormecedora, tediosa, do «*Marco do Correio*» («*de portinha ao centro*» — valha-nos Deus!!!) bem como outra, a do «*Candeiro da Esquina*». Há pessimistas que me garantem, na peúgada de tais motivos, a aparição da cabina telefónica lá da rua, em *slow*, e da boca de incêndio, em «*hot*» — que quer dizer *quente*, como sabem. Espero que não; Alberto fez-se «cantor de *charme*» e entrou no género de *letras* («*tu-e-eu*»), como os sonetos púberes. Tornando ao género «*marcha popular*», lastime-se a pirice (dum lado) e a pobreza de inspiração (do outro) dum disco da amena Maria Clara, prometedor pelos bonitos chamadouros: «*Janelas Floridas*» e «*Escadinhas de Lisboa*». Contagiosa de alegria viril era a velha *Marcha de S. Vicente*, de Raul Portela, para o meu gosto o mais espontâneo e típico dos compositores ligeiros nacionais! Por assim o considerar, defendi, sem clamor e sem êxito, que, em lugar de «*Prémio Del-Negro*», se chamasse «*Prémio Raul Portela*» o galardão anual do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo para o melhor número cantado no género revista, prémio este que, em 1946, o Júri do qual eu fazia parte atribuiu à delícia despercebida — e não gravada comercialmente — que se chama «*Domingos de Lisboa*» e foi cantada por Arminda Vidal na revista do Avenida (exploração Lourenço Rodrigues — Rosa Mateus) intitulada «*Festa Rija*». São do saudoso Raul Portela, que eu saiba, as músicas dos números com carácter ou sugestão lisboetas, gravados em discos: «*Padeirinhas e Paços-Secos*», da revista *PIM-PAM-PUM*, me parece; «*Rita e Manecas*» — *Dueto-Flor* de Lisboa, que ousou propor à Câmara de Lisboa — confiado em sensibilidades como as de Luís Pastor de Macedo e Dr. Jaime Lopes Dias, por altos exemplos, — *ressuscite* em gravação condigna, bem como o outro célebre *Dueto*, do mesmo Luís Galhardo (Pai): «*O Guines e o Arco de Santo André*», da revista «*O 31*», êxito imortal no género (1).

O mágico feitiço de «*LISBOA ANTIGA*», que o saudoso compositor escreveu para a revista «*Bola de Neve*», dos *autênticos* poetas e *autênticos* Amigos-de-Lisboa Vasconcelos e Sá e Gustavo de Matos Sequeira; e não exagero o meu encanto se garantir aquela melodia digna de sublinhar a «*Lisboa dos líricos pregões*» no verso de António Nobre. Outra cheirosa florinha de inspiração na humildade lisboeta escreveu-a Raul Portela, com versos ainda do Pai-Galhardo, senhor do condão dum casticismo e ternura que seu filho José herdou e requinta: «*Hotel do Pinho*», da revista «*Rés-Vés*», que foi gravado por Justina de Magalhães, tendo sido criado por Laura Costa e representado, quando o vi, por Amélia Figueiroa. «*Canção das Per-*

---

(1) Autores de «*O 31*» — que tinha só 2 actos e 9 quadros e valia por quantas centenas de quadros somam as «*fébriles*» recentes, sem graça nem crítica (o que se *explica*) mas sem poesia nenhuma, — o que só se explica culpando os autores e não creditando-se vítimas, como para a falta dos outros dois *enfeites* — eram Luiz d'Aquino, isto é Luiz Galhardo Pai, Pereira Coelho e Alberto Barbosa, com os maestros Tomás del Negro e Alves Coelho. Vi, numa *reprise*, que me parece haver sido a última, o «*Guines*» pela popularinha Carminda Pereira, mais o bailarote Francisco Costa, com as barbas do... *Arco*, que, no símbolo, é avô da pobre moeda, desaparecida, como ele, nos princípios da República. Também os interpretaram Zulmira Miranda e Holbeche Bastos. Zulmira cantou ainda o «*Fado do 31*», retomado em «*O Novo 31*» (revista «*Arre Burro!*») por Beatriz Costa, com música de Raul Ferrão; um dos escritores desta peça fôra-o do velho êxito, como de quase todos os êxitos do género: Alberto Barbosa, antigo jornalista de «*O MUNDO*», que, em «*A MANHÃ*», de Mayer Garção, repartia a crítica teatral com o sempre jovem Matos Sequeira — este, para teatro declamado... para as revistas de que Barbosa era co-autor; Alberto, para o género musicado ligeiro... quando não participava: peças da Parceria Rodrigues, Bermudes e Bastos, ou da Parceria do Porto, e poucas mais. Tornando ao *Dueto* de «*O 31*»... Por que magia me comoveria tanto o lamento plebeu daquele garoto da Rua: «*O Guines, o petiz da esmola, também foi à viola*»/etc.?! E a meiguice triste do Avô: — «*Neto miúdo...*»? — Por dois motivos: porque Luiz Galhardo era poeta — e eu nascera talvez com semelhante maldiçôl...

didás», sobre os versos de Augusto Gil, pela mesma actriz, se me não engano, depois de a fadista Adelina Fernandes a ter incluído na revista «*Pé de Dança*», de Avelino de Sousa e Carlos Leal. (No reverso da ebonite gravada por Justina, um fado de Alves Coelho — «*A Guitarra Portuguesa*»). Raul Portela, com Hugo Vidal — (este, autor de músicas lisboetíssimas, gravadas, como, além das mais que diremos, o dueto «Linda-a-Pastora e Linda-a-Velha» da revista «A RAMBOIA» e «Fado das Toiradas», triunfo de Hermínia Silva, na outra face da «*clássica*» «*A Tendinha*») — substituíram, os dois, a música que Rio de Carvalho compuzera, um quarto de século antes de repôrem a *mágica* no «Eden» (1923), para a «Pera de Satanaz», que vi, nesta data, com Jorge Roldão, Rosa Mateus, também ensaiador, Carlos Leal, Alberto Ghira, no «*Rei Caramba XVII*» — que Joaquim Costa desempenhara —, Laura Costa, no papel que fôra de Lucinda do Carmo («Castanheta»), Maria de Lourdes Cabral, na *Princesa*, Deolinda de Macedo, (que morreria abandonada, muitos anos depois, à mesma hora em que um seu aristocrata apaixonado se finava em África! Há destas coisas, há!) e o barítono Alfredo Henriques, em *Sataniel*. Tinha desenhado figurinos, para a primeira fase, evidentemente, o Magnífico Rafael Bordalo Pinheiro. Mas... regressemos a Lisboa — e seus discos fonográficos. As «*ceras*», segundo escrevem os radiófilos brasileiros de hoje, registaram, entre muitíssimos, o «*Vassourinha e Abanador*», os «*Adelaides e Cartolinhas*», do vocacionadíssimo comediógrafo e péssimo poeta que se chamou Eduardo Schwalbach, o «*Varina vai ao Conde*», motejo inofensivo à apetência especial de um titular...; Augusta Ribeiro gravou o *Fado do 31*, que começava: «*À porta da Brasileira / Dois bicos encontram dois...*» — Tão engraçado! Tão desprezencioso! Tão «alfacinha»!... Tão longe dos insípidos, delicodoces, *apátridas*, «*boleros*» e valsas para os hodiernos «*vocalistas*»! Elvira Costa, o «*Fado Maria Vitória*». Berthe Baron, o «*Fado Francês*», que eu, aos 6 ou 7 anos, me regalei de ouvir em Parada de Gonta, a minha aldeia natal, — mesmo nada «*fadista*»... mas *literária* como poucas — tocado ao piano por... Alexandre Rey Colaço, Filhas ou Sobrinhas! Nunca me esqueceu o «*refrain*» e faz-me tal memória cruéis saudades, não da Berthe Baron, que eu nunca vi, mas da minha meninice, propiciatória a maus fados: «*Cantar o fado é tão bom! / De São Paulo à Boavista / Todos dizem no meu tom: / Olhem p'rá Berthe Baron! / Olha a francesa-fadista!*». Uma confidência —: em certo sarau de Colégio onde me internaram, um ano ou dois após, não arranjei nada mais próprio para me exhibir do que no trinar desgraçado desta coisa que ninguém entendeu!... E o padre-director não me felicitou demais pela surpresa!... Não há muito tempo: 30 anos só... Houve um «*Fado do BAIRRO ALTO*» na revista «*Águas de Bacalhau*», registado por Medina de Sousa; um nome muito parecido, de actriz muito mais recente, Aldina de Sousa, deu voz (tinha-a, de veludo!) a um fado homónimo, escrito para a opereta, «*Bairro Alto*», de outro Sousa (Avelino de —) com deliciosa música da Parceria melhor que tivemos: Raul Portela, Alves Coelho e Wenceslau Pinto. O «*Fado-Motivo*» da típica opereta completava a rodela. Outra se gravou com o demasiado rufião, — mas delicioso! — «*Fado do Alvarão*». O mesmo Bairro Alto noutra peça (a revista «*MÃE EVA*», assombro de graça e fantasia!) *duetava* e «*duelava*», em música de Vasco Macedo, com o rival — em certos ramos... — bairro do Conde de Redondo: no palco, aquele *Bairro Alto* era Emília Candeias e este *Conde* era Maria das Neves; na ebonite, Justina de Magalhães cantou os dois, um em cada face. Se a revista, sempre evocada, «*O 31*» tinha o «*Fado das Farturas*», a revista «*O Coração Português*» teve o seu prato-de-resistência (relativa, porque veio muito fraca...) no «*Fado das Iscas*», muitíssimo bem cozinhado por Álvaro Pereira, que também cantou (?...) e gravou o «*Fado da Trolha*» da tal boa «*MÃE EVA*». Do velho e rico «*DOMINÓ*», gravaram: «*Cega-Rega dos Fados*» e «*O Peixe, o Peixe*», Rodrigues Vieira e Adelaide Silva. Há um *velhíssimo* «*Fado da Severa*», cantado em velhíssima gravação por um tal Avelino Baptista; há mais dois *Fados da Severa* (há até muitos mais... Mas só conto os discos que conheço) — um chamado *velho*

e outro chamado *novo*, pertencentes ao filme de Leitão de Barros e cantados por Dina Teresa, sobre lindos música e poema de Frederico de Freitas e Júlio Dantas. Elvira Costa, já nomeada, gravou uma idosa «*Estúrdia*». Fernanda Abranches (Fernanda e não Fernando, que este é o jovem ceramista, filho de Aura Abranches e Pinto Grijó) cantava o «*Fado da Mouraria*» que as espiras fixaram no reverso de um «*Fado do Cordeiro*». Adelina Fernandes cantou-o também, como cantou o de «*A MOURARIA*» (opereta de Filipe Duarte sobre libreto e diálogos de Lino Ferreira, Silva Tavares e Lopo Lauer) com o popularíssimo «*ritornello*» — «*Foi um beijo venenoso/Demorado, langoroso*» etc. Não precisaria de lembrar um «*mano mais novo*», taludo e castigador: o «*Ai Mouraria!*», de Frederico Valério, por Amália. Da mesma opereta — mina de dinheiro, recorde o *Fado do Aljube*, por Margarida Ferreira — também intérprete sónica do fado «*Maldita Paixão*», ligado circunstancialmente a Lisboa, por pertencer à opereta bairrista «*O Pilha de Alcântara*». O barítono Alberto Reis doa, na ebonite, uma grande *maquia* lisbonense: «*Fidalgo Toureiro*»; «*História do Fado*» e «*Maldito Fado*», ambos de revistinhas do monologista Pedro Bandeira, com música de Raul Ferrão. Humorísticos e declamados, — ouviram-se muitos do bonacheirão Duarte Silva que vi no Cinema e no Teatro sem o apreciar mais do que no Fonógrafo, Deus o tenha em descanso... No Cinema, — em *Frei Januário* dos velhos «*Os Fidalgos da Casa Mourisca*» — em que a fadista Adelina Fernandes era «*Baronesa*» (1); Mário Santos, «*Jorge*»; Erico Braga, «*Maurício*»; António Pinheiro, «*Tomé da Póvoa*»; e, se bem me recordo, eram «*D. Luis*» e «*Berta*» correlativamente, Pato Moniz e Etlvina Serra, tão protegida pelo Doutor Afonso Costa como Emília das Neves o fôra por D. Luis... Câmara Leme... No Teatro, vi esse Duarte Silva na revista-fantasia «*A Cidade onde a Gente se Aborrece*», de André Brun, no Eden-Teatro. Citarei, mais, do bom homem, só a rufianice dialogada, há que tempos, com Delfina Victor e Bastos (presumo que este fosse António Bastos, marido dum Evangelina Bastos) — «*Num Café Refilão*»; relativamente cantado, ainda, com Duarte Silva, evoco o «*Fado do Desafio*», da revista «*De Capote e Lenço*», mais Pinto Ramos e Medina de Sousa. Este número, da *rasquice* característica do «*miliieu*» de alouce, foi parodiado na revista «*Pé de Dança*». Tornemos aos «*só falados*», isto é sem música: «*Os Boatos*», pelo correctíssimo Alberto Ghira; as imitações de varinas na praça, por Alfredo Samser; dois «*Moços de Forcado*»; um, cómico, pelo pobre António Gomes da Trindade, que findou a esmolar! Outro, *tirado* dum «*tirada*» que Vasco Santana pronunciava em «*A Prima Inglesa*», opereta de D. José Paulo da Câmara e Dr. Feliciano Santos, com música de Filipe Duarte. Todos temos ouvido, do mesmo grande actor, «*O Cicerone*» da revista «*O Zé dos Pacatos*» (há um outro *Cicerone*, também hilariante, da revista «*Feira da Luz*», por Nascimento Fernandes); recitações, por Vasco, por Chaby, por Ilda Stichini, Maria Matos, etc., etc., etc. Há os chocarreiros «*Brotas & C.<sup>ª</sup>*» e «*Brotas, Político*», por Manuel Santos Carvalho, Joaquim Prata, Teresa Gomes, etc. Do segundo destes artistas, apenas anotarei «*O Telefone*», «*Ortográfico*» ou «*Dr. Cocabichinhos*». De Teresa Gomes, «*A Mulher dos Bolos*», da soberba revista «*O Ricóco*» à qual pertencia a rábula «*Cautela com os Letreiros*», gravada por Álvaro Pereira. De Maria Matos, com Lina Demoel, — «*Na Praia de Queluz*»... Agora, por *Queluz*, — como «*úgaria*» qualquer vulgar revisteiro nacional, — Hortense Luz, actriz genérica da melhor água, foi dos mananciais mais abundantes e puros para este caudaloso arrolamento de «*Lisboa gravada nos Discos*»... Vejam só: «*O Pé Descalço*» — de quando o proibiram na cidade capital; *Fado do Menino da Luz* (aluno do Colégio Militar); o paralelo «*Casa Pian*»; o marçano «*Grão de Bico*» — do «*vaudeville*» deste nome; fados «*do Tarata*» e *Marialva*. (Beatriz Costa no içar ao tope do estrelato popular, desempenhou outro vivacíssimo *Tarata*, «*impedido*», na revista «*A Bola*», muito posterior à «*A Ramboia*» donde eram quase todos os números arrolados aqui, da grande Hortense Luz, — já «*Tarata*», antes, na revista «*Az de Espadas*»). O seu «*Milagres de Santo António*» («*Santo António da Pedincha*»...) foi réplica lisboeta a um tripeiro

«*Sant' Antoninho do Bonfim*» que toda a gente cantava. «*O Menino Bonito*» era malicioso *travesti* de Hortense na bonita revista do Salão Foz «*O Secretário dos Amantes*», — antes de ser opereta popular, no *Maria Vitória*, adaptada de «*El Niño de Oro*», de José Maria Granada. Se os arredores ainda, com jeitinho, forem de *anexar* pacificamente, escolho, da aluvião de «*saloios*» em revistas teatrais, as famigeradas «*Lavadeiras de Caneças*», com a mais popular das músicas — de Frederico de Freitas — e uma das mais populares actrizes a chefiá-las em «*A RAMBOIA*»: Ema de Oliveira. Na *cera*, ficou o cristalino chilreio de Corina Freire que, na festejada revista, criou e depois gravou «*Camélias de Sintra*...» e de Raul Ferrão. Na revista «*Feira da Luz*», que José Loureiro montou ricamente no Teatro da Trindade, houve uma «*simetria*», ainda com mais graça, às «*Lavadeiras*»: era «*Esperteza Saloia*» colosso de chiste na encarnação de Hortense: — «*Vai de aqui todos os dias/Água fresca, muito boa!/Mas... as bilhas vão vazias/...E são cheias em Lisboa!*». Estou a ouvi-la...

E continuarei noutro número, que a discoteca ainda funde muito!

*Rodrigo de Mello.*





Museu da Cidade de Lisboa

*LISBOA VISTA DO VALE DO PEREIRO*

*(Gravura colorida de W. J. Bennett)*



## A POMPA NO REINADO DO MAGNÂNIMO E O LITÍGIO DA CASA DO INFANTADO

**A** 25 de Outubro de 1749, o Duque de Lafões prestou juramento, na presença de Sua Majestade, do alto cargo de Regedor das Justiças, para o qual havia sido nomeado em 25 de Agosto daquele ano. Deu-lhe juramento o chanceler da Casa da Suplicação, o Desembargador José Vaz de Carvalho, conforme o disposto na Ordenação do Reino, livro I, título 1.º.

Na terça-feira, 4 de Novembro desse mesmo ano, pela primeira vez D. Pedro de Bragança, Duque de Lafões, foi à Relação.

Pouco mais das sete horas e meia da manhã, chegou o novo Regedor das Justiças ao Largo do Limoeiro, onde grande cópia de gente o esperava, para presenciar o espectáculo.

O duque vinha em uma berlinda, tirada por seis urcas pretas, com tope de fitas brancas nas tranças.

Abriam o cortejo alguns corregedores do crime, em suas seges; e logo o págem do bastão ia montado em um cavalo preto, ajaezado de veludo verde, e um criado na dianteira com um teliz do mesmo veludo no braço. Moço perfeito, o págem vestia capa de veludo preto e volta.

Seguia-se o duque na berlinda, vestido de seda preta, também de capa e volta, e atrás seu ferrador, a cavallo.

O Regedor das Justiças era esperado por muitos ministros.

Defronte da cadeia, se lhe tocou uma sinfonia, com vários instrumentos.

E depois de se recitar uma oração de cinco folhas de papel, entrou-se ao despacho, em cujo tempo andou pelos cárceres D. Jerónimo, filho do Conde de Atouguia, que servia de mordomo dos encarcerados, repartindo cem moedas de ouro, de 4\$800 réis, que o Duque de Lafões lhe dera para os presos pobres.

O Regedor das Justiças saíu da Relação pelas duas horas da tarde, acompanhado de todos os ministros e oficiais de justiça, levantando o povo e os presos muitos vivas.

De novo se ouviram os mesmos instrumentos, como na entrada do duque; e à noite houve um «Parnaso na cadeia».

Naquela manhã, haviam saído os despachos da Relação, nomeando os ministros para o Conselho Ultramarino, para os Agravos e para o Senado da Câmara.

A 8 desse mês de Novembro, o Duque de Lafões determinou que, dois dias depois, uma segunda-feira, se apresentassem na Relação os juizes na causa do Infantado, ocorrida por morte do Infante D. Francisco, irmão mais velho de D. João V, para assistirem ao último desempate da questão, que o teria com o voto do Doutor Bento da Costa. E mais ordenou que nesse dia não fosse à Relação nenhum outro desembargador.

Em 7 de Agosto saíra na Relação o agravo, interposto pelo Infante D. Pedro, do Desembargador José Vaz de Carvalho, que servia de Regedor das Justiças, dado vista do assento, que se tomara sobre o empate da Casa do Infantado, ao Infante D. António, que a pedira; e aprovou-se que agravado era o agravante.

★

A sucessão da Casa do Infantado deu que fazer a D. João V e aos desembargadores.

Por morte do Infante D. Francisco, em 1742, D. António julgou-se, como irmão mais velho, com direito à sucessão da dita Casa, o que foi impugnado por seu sobrinho D. Pedro, que depois casou com a sobrinha, D. Maria I.

A 7 de Janeiro de 1744, mandou o Infante D. António pedir a D. João, filho do defunto Infante D. Francisco, umas casas juntas ao palácio da Bemposta, nas quais vivia Manuel da Mota, para morar nelas o Desembargador Inácio da Costa Quintela. D. João respondeu que não podia resolver tal assunto, por ignorar a quem pertenciam as casas.

O Conselho de Fazenda, como administrador dos bens de D. Francisco, deu ordem para se despejar a propriedade; mas, sabendo D. João V do caso, mandou perguntar ao dito tribunal quem ordenara a diligência.

Querendo depois o Desembargador Quintela outras casas, que haviam sido de Francisco de Miranda, na Calçada de Sant'Ana, Sua Majestade mandou delas fazer sequestro e vender a quem mais desse, de sorte que o desembargador ficou sem elas. Dizia-se que o Rei se sentira de Quintela, por ter aceitado a procuração do Infante D. António, na causa do Infantado.

Em Dezembro de 1747, saíu a público um papel de crítica aos fidalgos titulares, sobre os pecados mortais e virtudes teologais, em confronto com outros opositores, também titulares. No fim, vinham assim discriminadas as virtudes cardeais:

Prudência, o Infante D. António, na demanda da Casa do Infantado;

Justiça, o Príncipe, declarando que pertencia a seu tio;

Fortaleza, o Infante D. Pedro, na opposição que fez à dita causa; e

Temperança, o Infante D. Manuel, no governo de sua casa.

A 25 de Junho de 1749, reuniram os ministros, deputados na Relação, para sentenciar na causa da Casa do Infante; e logo se espalhou a notícia de que houvera quatro votos a favor de D. António, para succeder na parte que instituíra D. Pedro II, seu pai, ficando empatada a outra parte instituída por D. João IV, seu avô, pois se assentara em que devia de ser dividida; e mais constava que, todavia, a decisão ficara empatada.



Na noite de 16 de Novembro do mesmo ano de 1749, juntaram-se na Casa dos Contos do Reino os ministros desembargadores, com suas gorras, e o Duque de Lafões, que foi o primeiro acto a que assistiu como Regedor das Justiças.

Adiante do duque, vinha seu costumado págem do bastão, em um cavallo ajaezado como atrás se disse, e dois criados de libré, com dois archotes de cera, acesos, e ambos descobertos, e o de teliz, também na frente.

Seguia-se o riquíssimo coche do Estado, com bellissima pintura e guarnecido de figuras, tudo dourado, carruagem tirada por seis frisões, de grandes cocares de plumas, e pomposamente ajaezados, com mantas de veludo, guarnecidas de galões de ouro.

O Regedor das Justiças ia a seguir, de cadeirinha preta, com guarnições de prata maciça, forrada de veludo e franjas de ouro, em que pegavam criados bem vestidos. As ilhargas, caminhavam quatro moços de câmara, de chapéus na cabeça, vestidos de veludo negro, sem espadins, e com tochas nas mãos, mas apagadas; e quatro criados de libré, que empunhavam quatro archotes acesos, dois adiante e dois atrás.

Depois ia o estribeiro do duque, a cavallo, vestido de veludo, com guarnições de ouro; e, finalmente, cobria esta luzida comitiva um coche cheio de criados.

Na Relação, a gorra foi levada em uma salva, coberta de tafetá, gorra igual às outras dos ministros, tendo a mais uma pluma preta.

O Regedor das Justiças fez as perguntas aos réus, que naquele dia foram em auto de fé, e com «melhor expedição nos segredos, que na primeira».

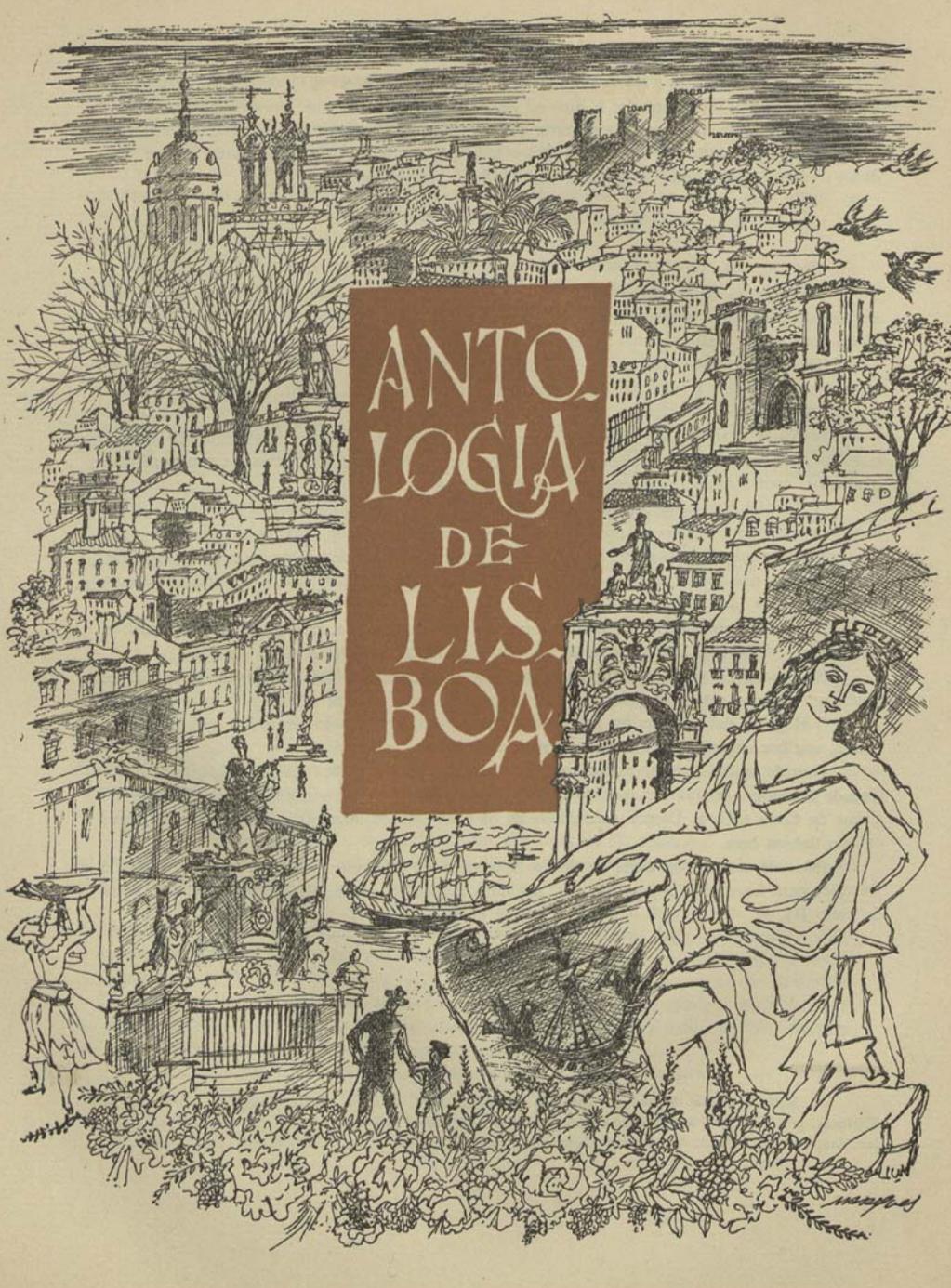
Passado muito tempo, saíram os ministros, de sorte que às dez horas da noite tinha findado a função, de que fora por ministro o Duque de Lafões, acompanhado do corregedor do Crime da Corte e Casa, Doutor António Velho da Costa, todos montados a cavallo e com gorras o que tinham beca.

Pelas duas horas da tarde de 29 de Novembro do dito ano, o Duque Regedor voltou à Relação, para fazer a visita geral do mês, nas duas cadeias da cidade. Saíu depois das nove horas da noite (1).

*José Estevam.*

---

(1) Notícias anuais do ano de 1740 até o ano de 1749, trazidas a esta colecção, com a possível diligência, por Luís José de Figueiredo, códice 480, fls. 41, 83-v., 133-v., 135, 140, 144, 148-v., 150 e 151, dos Manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa.



ANTOLOGIA  
DE  
LISBOA

## ESTUDOS OLISIPONENSES

### Epigrafia romana de Lisboa

#### I

Nos nossos estudos de Lisboa antiga temo-nos apoiado sempre em grande número de fontes, ciências subsidiárias da história: paleontologia, antropologia, arqueologia, epigrafia, numismática, literatura grega, latina, etc.

A bibliografia é vastíssima (1).

Escreveu-se já da cidade há mais de dois mil anos.

Marco Terêncio Varrão, (116-27, a. C.), foi o seu primeiro cronista.

O eruditíssimo sabino contou o que, hoje, não passa de simples fábula mas o que, no seu tempo embora lhe parecesse *res incredibilis* «coisa inacreditável» era *res vera* «coisa verdadeira» que as éguas da região de *Olisipo* concebiam por meio do vento (2).

O ilustre filho de Reato apenas fez outra referência à velha Lusitânia, a um porco gordo de que o senador Lúcio Volúmnio recebeu o lombo com duas costelas com o peso de vinte e três libras (3).

Depois de Marco Terêncio Varrão, trataram do mesmo assunto das éguas ribatejanas: Columela, Eliano, Justino, Lactâncio, Marciano Capela, Plínio, Sílio Itálico, Solino, Vegécio e Virgílio (4) e de outras matérias olisiponenses, alguns dos autores referidos e Pompónio Mela, Estrabão, Ptolomeu, Idácio, Isidoro, Marco Máximo, Antonino Augusto e Ravenate Anónimo.

É, principalmente sobre alicerces epigráficos que Lisboa assenta as maiores glórias do seu passado.

Dados valiosíssimos da história, geografia, cronologia, direito, política, religião, linguística, etnografia, etc.

Grande número de antiguidades chegaram, enfim, aos nossos dias sem que lhes tocassem as mãos ímpias da ignorância ou o furor inclemente dos cataclismos.

Os milhares de epígrafes latinas, espalhadas por todo o país, tinham de atrair, forçosamente, a atenção dos humanistas.

Temos de dizer, também, que o povo, mesmo o mais rude, nunca, ao que parece, deixou na Idade Média de ler o seu pouco de latim e compreendê-lo.

Os deuses pagãos de Gil Vicente e de Camões, como dissemos noutra lugar (5), há muito, passeavam pelo solo lusitano; eram divindades do seu Olimpo; já tinham perdido a lembrança de estrangeiros e só pensavam, sentiam e agiam, segundo a alma nacional.

Opõe-se à corrente histórica de expansão ultramarina outra de fundo continentalista e europeu. Nesta, se não-de incluir as preocupações epigráficas, pesadas ou leves, de Lúcio André de Resende, Dr. João de Barros, Fr. Bernardo de Brito, António Coelho Gasco, D. Rodrigo da Cunha, Lúcio Marinho de Azevedo, Jorge Cardoso, P.º Nicolau de Santa Maria, João Baptista Henriques, etc.

Falámos apenas de individualidades portuguesas mas são em muito maior número os investigadores estrangeiros da epigrafia lusitana: espanhóis, franceses, italianos, alemães, holandeses, ingleses, etc.

Os trabalhos são abundantes. Infelizmente, alguns deles, é que, não se encontram nas bibliotecas de Portugal (6).

Aem. Hubner faz referência, na sua vasta colecção de inscrições latinas, de toda a Hispânia, a muitos manuscritos existentes em bibliotecas estrangeiras em que se encontram cópias de grande número de epígrafes portuguesas, entre elas muitas de Olisipo: Biblioteca Pública de Augsburg (7); Biblioteca Pública de Dresde (8); Biblioteca Pública de Nápoles (9); Biblioteca Pública de Madrid (10); Biblioteca Ambrosiana de Milão (11); Biblioteca do Vaticano (12); Biblioteca Real de Parma (13); Arquivo Real de Turim (14); Academia da História de Madrid (15); e Academia de Cavalaria de Liegnitz, na Alemanha (16).

O sábio epigrafista alemão forneceu-nos, indirectamente, muitas informações que não pudemos obter directamente, a respeito de Konrado Peutingero (ano de 1505?), Jacobo Mazzocho (ano de 1521). Marlângelo Acúrcio (1527?), Lúcio André de Rezende (1545-1598), Jacobo Strada, Anónimo Turinense, Giovanni Battista Venturini Anónimo Napolitano, Adolfo Oco Jerónimo R. de la Higuera, Abraham von Bibran, Andres Schotto, Gisberto Cupero, Morganti Anónimo, José A. d'Acuna, Paulo Maria Paciaudio, Francisco Perez Bayer, D. José Cornide y Saavedra Christian E. L. Froehner, William Henry Waddington e Alexander Wittich.

Em Portugal, guardam-se manuscritos de interesse epigráfico na Biblioteca Nacional de Lisboa (17), Biblioteca da Academia das Ciências (18), da mesma cidade, Biblioteca da Ajuda (19), também da mesma cidade, Biblioteca da Universidade de Coimbra (20), Biblioteca Pública de Évora (21) e Arquivo Distrital (22), da mesma cidade.



Konrad Peutingero foi o primeiro epigrafista de Olisipo (23).

Segundo Aem. Hubner (24), o sábio arqueólogo alemão obteve, pelo menos, algumas informações do tipógrafo e editor austriaco, natural da Morávia, Valentim Fernandes Mourão, que se estabeleceu, em Portugal, nos últimos anos do século xv.

As inscrições de Konrad Peutingero são: uma dos augustais Caio Arrio Optado e Caio Júlio Eutico votiva ao Divino Augusto, e três funerárias.

Jacobo Mazzocho, bibliotecário da Academia de Roma, inseriu, em 1521, na sua celebrada colecção de inscrições da antiga cidade de Roma (25), uma bonita árua funerária, com uma pantera em cada face (26), cuja primitiva origem se ignora. A pequena ara esteve, em Lisboa, em 1778, no museu, organizado por Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas no claustro e terraço do convento de Nossa Senhora de Jesus e pode ver-se no códice, de que falámos na nota 21. Os dedicantes são, ao que parece, dois gregos, ou indivíduos que têm nas veias sangue grego remoto, Corintho e Clite. A inscrição, segundo Jacobo Mazzocho, era de Roma, da igreja de São Brás, Jan Gruter disse, posteriormente, o mesmo.

Outro italiano Mariângelo Acúrcio esteve, em Lisboa, em Maio de 1527, e ocupou-se em reunir e estudar algumas inscrições da cidade (27). Delas destacamos a que, antes, foi estudada por Konrad Peutingero, consagrada ao Divino Augusto; outra que *Felicitas Julia Olisipo* dedicou ao imperador César Trajano Adriano Augusto, neto do divino Nerva, filho do divino Trajano Dácico, Pártico, três vezes cônsul e cinco investido no poder tribunício; e outra fúnebre, votiva aos deuses manes de Marco António, da tribo Galéria (28), em que se encontra o etnónimo *olisiponensis*.

O frade dominicano Lúcio André de Resende, dos mais ilustres filhos da gloriosa cidade-museu de Évora, foi o primeiro dos portugueses ilustres do século xvi que escreveu, a respeito de inscrições olisiponenses.

A sua acção foi, também, notabilíssima na divulgação, que delas fez, tanto dentro do país como no estrangeiro pois segundo o sábio alemão Aem. Hubner o celebrado teólogo e humanista eborense prestou valiosas informações dos velhos *tituli* romanos, e dos resultados das suas investigações, ao Anónimo Turinense, cujos apontamentos manuscritos de seis inscrições guardam-se no Arquivo Real de Turim <sup>(20)</sup>, Jan Gruter, etc. <sup>(21)</sup>.

Das inscrições recolhidas por Lúcio André de Resende, salientamos uma em que aparecem dois cognomes *Philocalus* e *Nigephorus* que denotam a ascendência grega dos dois mortos a que o monumento é dedicado. Os prenomes e os nomes são, contudo, de origem latina, o que é luz clarividente de romanização.

O humanista e sábio arqueólogo foi, também, quem primeiro assinalou a ara votiva à deusa Concórdia que Marco Bébio, município do *municipium civium Romanorum Felicitas Julia Olisipo* ofereceu à cidade, em local perto da antiga igreja de São Mamede, na Rua de São Mamede, ao Caldas.

Três dos monumentos, encontrados por Lúcio André de Resende, apresentam o etnónimo *olisiponensis*; uma o topónimo *Italica* que é hoje Santiponce (?), perto de Sevilha; outra *Rhodanus* <sup>(21)</sup>; várias fazem referências à tribo Galéria <sup>(22)</sup>.

O Dr. João de Barros referiu-se a duas inscrições <sup>(23)</sup>, conhecidas já por Konrad Peutingero e Mariângelo Acúrsio.

Jacobe Strada, outro ilustre antiquário, italiano, natural de Mântua, reuniu quinze inscrições da cidade <sup>(24)</sup>. Delas destacamos as que *Felicitas Julia Olisipo* dedicou em 121, p. C., aproximadamente, a Sabina Augusta, esposa do imperador César Trajano Adriano Augusto; em 178-180, p. C., ao imperador César Lúcio Aurélio Cómodo Augusto Germânico Sarmático; em 245, p. C., ao imperador César Marco Júlio Filipe; a memória ao cavaleiro romano Caio Comínio Atiliano; e os moimentos, consagrados ao Divino Augusto, Esculápio e Concórdia.

Giovanni Battista Venturini outro italiano muito culto veio a Lisboa, em 1572, no séquito do cardeal Alexandrino, enviado pelo papa Pio V a cumprimentar o rei D. Sebastião e transcreveu, no relatório da viagem, duas inscrições da cidade. Foram, ao que parece, copiadas de manuscritos do duque de Bragança D. Teodósio <sup>(25)</sup>. Uma as inscrições é tumular e a outra *elogium* a Sabina Augusta, esposa do imperador César Trajano Adriano Augusto, já conhecida, pelo menos, de Jacobo Strada.

Ambrósio de Morales, historiador espanhol, continuador da «Coronica General», de Florian de Ocampo <sup>(26)</sup>, conheceu a célebre memória de Divo Augusto, já antes transcrita e publicada, pelo menos por Konrad Peutingero, Mariângelo Acúrsio, João de Barros e Jacobo Strada, e a dedicação de *Felicitas Julia Olisipo* ao imperador César Marco Filipe Pio Venturoso Augusto e Pontífice Máximo.

Adolfo Occo, distinto epigrafista e numismata alemão, publicou as mesmas inscrições de Ambrósio de Morales <sup>(27)</sup>.

Fr. Bernardo de Brito é o terceiro português, a contar de Lúcio André Resende <sup>(28)</sup> que se preocupa com as inscrições lusitanas, de origem romana.

O douto monge, cisterciense, do mosteiro de Alcobaça, teólogo e cronista-mor do reino, transcreveu, entre outras, as seguintes memórias: as que *Felicitas Julia Olisipo* dedicou a Sabina Augusta, esposa do imperador César Trajano Adriano Augusto, também conhecida de Jacobo Strada e Venturini, e ao imperador César Marco Júlio Filipe, e a que os augustais Caio Arrio Optado e Caio Júlio Eutico consagravam ao Divino Augusto <sup>(29)</sup>.

O jesuíta e teólogo espanhol Jerónimo Román de la Higuera conheceu a inscrição dedicada por *Felicitas Julia Olisipo* ao imperador César Marco Júlio Filipe <sup>(30)</sup>.

Abraham con Briban colheu, durante os anos de 1602 a 1605, em que viajou por Portugal e Espanha, três inscrições lisboenses, duas sepulcrais, em memória de Caio Júlio Clemente e Postúmio Vicilião e uma honorífica, dedicada, por decreto dos decurriões, a Cássio Galo da tribo Galéria, varão de extrema bondade (41).

O médico de Antuérpia Luís Nunes publicou, em 1607, a inscrição, que já, várias vezes referimos; dedicada por *Felicitas Julia Olisipo* ao imperador César Marco Júlio Filipe (42).

Jan Gruter humanista e arqueólogo holandês, foi dos mais notáveis estudiosos da epigrafia hispânica, antes de Aem. Hubner.

No seu valioso trabalho de inscrições de todo o orbe romano encontram-se 10 de Lisboa, cópias extraídas de manuscritos ou publicações, de L. A. de Resende, Jacobe Strada, André Schotto e Jacobo Mazzochi.

As mais importantes, sob o aspecto histórico, são: três votivas aos deuses Esculápio, Concórdia e Divino Augusto e três *elogia* aos imperadores César Lúcio Aurélio Cómodo Augusto Germânico Sarmático, Sabina Augusta, esposa de César Trajano Adriano Augusto, César Marco Júlio Filipe (43).

António Coelho Gasco reuniu, entre os anos de 1627 e 1633, 21 memórias epigráficas, algumas delas, pela primeira vez, de que separamos: cinco honorárias, dedicadas aos imperadores César Lúcio Aurélio Cómodo Augusto Germânico Sarmático; Sabina Augusta, esposa de César Trajano Adriano Augusto; Nero Cláudio; César Vaspasiano Augusto e César Marco Júlio Filipe; e três votivas a Esculápio (*bis*) e Augusto Divino (44).

D. Rodrigo da Cunha, no seu valioso trabalho da Igreja de Lisboa, de que foi patriarca, reuniu 23 inscrições da cidade. Copiou umas, directamente dos locais em que se encontravam e outras, indirectamente, dos manuscritos de Lúcio André de Resende. Pomos em relevo as seguintes, *elogia* a César Lúcio Aurélio Cómodo Augusto Germânico Sarmático; Sabina Augusta; Nero Cláudio; César Vaspasiano Augusto; César Marco Júlio Filipe, e votivas a Divino Augusto, Mercúrio e Deuses do Mar.

O ilustre historiador sagrado é a primeira fonte dos cultos de Mercúrio e Deuses do Mar (45).

Luís Marinho de Azevedo reuniu 39 inscrições olisiponenses, entre os anos de 1636 e 1640, ano santo da Restauração Portuguesa.

O maior número foi copiado, directamente, dos locais em que se encontravam; outro dos manuscritos de Lúcio André de Resende ou de António Coelho Gasco (?).

O capitão Luís Marinho de Azevedo foi o primeiro epigrafista nacional que, mais cedo, compilou maior quantidade de lápides votivas, consagradas à Concórdia, Esculápio (*bis*), Divino Augusto, Mercúrio e Deuses do Mar. Cinco são imperiais e já conhecidas, copiadas e transcritas. Algumas estavam inéditas e foram por ele publicadas pela primeira vez (46).

D. Juan Tamavo de Salazar, padre espanhol e muito erudito historiador sagrado, conheceu a memória mandada erigir ao edil Lúcio Cância Marinho, da tribo Galéria, por sua avó Vibia Máxima e sua mãe Maria Prúcua (47).

O clérigo secular, teólogo e historiador sagrado, Jorge Cardoso, conheceu a dedicação de Caio Licínio Decimiano (?) ao deus Asclépio (48).

52 O P.<sup>o</sup> D. Nicolau de Santa Maria, cónego regrante de Santo Agostinho de Santa Cruz de Coimbra, conheceu a memória de *Felicitas Julia Olisipo* ao imperador César Vaspasiano Augusto (49).

Gisberto Cupero, sábio antiquário e filólogo holandês, conheceu o monumento, consagrado aos Deuses Manes para memória de Postúmio Vicilião (50).

Baudelot de Dairval teve conhecimento do monumento consagrado a Esculápio Augusto, com que Marco Cossúcio Macrino presenteou os devotos dos lares de Mália e de Maliolo (31).

João Baptista Henriques deixou num manuscrito, que está guardado na Biblioteca Nacional de Lisboa (62), uma epígrafe ao sono eterno dos dois irmãos Júlia Fundana e Quinto Júlio Severo.

O clérigo regular teatino P.º D. Manuel Caetano de Sousa, segundo o que se vê em D. Tomás Caetano de Bem (63), da mesma ordem, teve conhecimento de uma memória sepulcral, dedicada a Marco Licínio que faleceu com sete anos e idade.

*Arlindo de Sousa.*

(1) Vede, *mei, Origem de Lisboa; O Nome Lisboa; e Novos Elementos para o Estudo da Origem do Nome Lisboa.*

(2) *In foetura res incredibilis est in Hispania, sed est vera, quod in Lusitania, ad oceanum in ea regione, ubi est oppidum Olysiippo, monte Tagro, quaedam e vento certo tempore concipiunt equae...* Vede, *mei, O Nome Lisboa*, Lisboa 1948, p. 123; *etiam Antiqua Lusitania Scriptores...*; e *Novos Elementos para o Estudo da Origem do Nome Lisboa*. O texto de Varrão pertence à *De Re Rustica*, II, cap. I.

(3) *In Hispania ulterior, in Lusitania, sus cum esset occisus, Atilius Hispaniensis minime mendax, et multarum rerum peritus in doctrina, dicebat L. Volumnio senatori missam esse offulam oim duabus costis quae penderet III et XX nondo: elusque suis a cute ad os pedem et III digitos fuisse* (*op. cit.*, II cap. IV).

(4) Escrevemos os autores, por ordem alfabética e não cronológica.

(5) *Origem de Lisboa*, p. 125.

(6) Não encontramos nas bibliotecas públicas do país nenhuma obra de Gisberto Cupero, Paulo Maria Paciaudio, Bento Morganti, Konrado Peutingero, Alexandre Wittich, onde sabemos que vêm inscrições nacionais, e de Lisboa, que são as que neste momento, mais nos interessam.

De Baudelot de Dairval, na Biblioteca Nacional de Lisboa, há apenas a segunda edição da sua preciosa obra, *De l'utilité des voyages et de l'avantage que la recherche des Antiquitez procure aux Scavants*, de Rouen 1727. Encontrámos a primeira edição, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de Paris 1686. O exemplar pertenceu à Biblioteca Real. Foi levado de Portugal para o Brasil, por motivo das invasões francesas.

(7) Guardam-se, nesta biblioteca, cadernos manuscritos de Konrado Peutingero. É o códice n.º 527. Contém quatro inscrições de Lisboa, que lhe foram enviadas, ao que parece, desta cidade, em 1505. Vede Aem. Hübner, *CIL*, II, p. VI, n.º 6, cf. nota 24.

(8) Conserva-se, nesta biblioteca, o relatório da viagem que Giovanni Battista Venturini fez, em 1572, a Lisboa, na qualidade de membro da comitiva do cardeal Alexandrino, legado do papa Pio V. O ilustre enviado papal transcreveu, nos seus apontamentos, duas inscrições olisiponenses. Uma cópia desse relatório guarda-se, na Biblioteca do Vaticano. Outra está na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, mas sem as inscrições. Pertence à colecção *Rerum Lusitanicarum*, vol. III, com o título *Viaggio del Cardinale Alessandrino Legato Apostolico Alli Sermi. Re Di Francia, Spagna e Portogallo*.

(9) Guarda-se, nesta biblioteca, um códice de autor anónimo com 31 inscrições de Lisboa. Vede Aem. Hübner, *op. cit.*, p. 692.

(10) Nesta biblioteca guarda-se uma cópia do relatório da viagem que D. Francisco Perez Bayer, teólogo e professor da Universidade de Valência fez a Portugal, em 1782. Esta cópia não tem as inscrições. Mas há outras cópias que as contêm, *v. g.* a que existe na Biblioteca da Academia da História de Madrid; a que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa; e a da Biblioteca da Academia das Ciências, da mesma cidade.

(11) Guardam-se, nesta biblioteca, os manuscritos de Mariângelo Acúrsio com cinco inscrições olisiponenses e uma de Santarém que também se relaciona com Olisipo.

(12) Vede nota 8. Guarda-se, ainda, nesta biblioteca uma narração de viagem de cortesia e cumprimentos, feita, em 1581, por embaixadores da república de Veneza ao rei D. Filipe II, de Espanha. Escreveu-a, pensa Aem. Hübner (*op. cit.*, p. XVI), Bourdelot, um dos membros da comitiva. Existe uma cópia do códice vaticanense na Biblioteca da Ajuda na colecção a que nos referimos na nota 8, com o título *Commentarii*

*Per Italia, Francia, Spagna e Portogallo. Overo Relazione del Viaggio de Sig.ri Cav.ri Tron e Lippomani Eletti Ambasciatori dalla Repca. Veneta al Re Cattolico Per complimentare Sua Maestá Per la conquista Di Portogallo l'anno M. D. LXXXI.* Contém esta cópia 12 inscrições olisiponenses.

(13) Eugen Borman, um dos colaboradores do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, encontrou, nesta biblioteca, umas folhas de Paulo Maria Paciaudio com doze inscrições de Lisboa. Vede Aem. Hübner, *op. cit.*, Supl., p. 811.

(14) Conserva-se, neste arquivo, um códice de autor anónimo com seis inscrições de Olisipo. Vede melhor Aem. Hübner, *op. cit.*, p. XI, n.º 18; e pág. XXXIX.

(15) Guardam-se, nesta biblioteca, um manuscrito de Acuña (José António da Cunha) com o título *Lithologia Lusitana, ó memórias de las inscripciones y de otros monumentos, los cuales dan noticia de muchas antiguedades que acasieron antes de las conquistas del mismo reyno sobre los drabes* (ms. C. 166), *ap.* Aem. Hübner, *op. cit.* p. 4 outro de D. Francisco Perez Bayer (vede nota 10); e outro de D. José Cornide y Saavedra (vede Aem. Hübner, *op. cit.* p. XXIV, n.º 78; *cf.* *O Archeologo Português*, vol. XXIV, p. 110).

(16) Guardam-se, na biblioteca desta academia, os manuscritos de Abrahan von Bibran, com três inscrições que o illustre viajante copiou, em Lisboa, na viagem que fez a esta cidade, em 1604. Vede Aem. Hübner, *op. cit.* p. XIX, n.º 48.

(17) Vede: Dr. João de Barros, *Libro das antiguidades e cousas notáveis de antre Douro e Minho, e de outras m. tas de España e Portugal, composto no ano de 1549 (Fundo geral de manuscritos, ms. n.º 216)*; D. Thomaz Caetano de Bem, *Miscelanea* (ms. n.º 425) e *Noticia das Thermas ou banhos Cassianos e outros monumentos romanos modernamente descobertos na cidade de Lisboa* (ms. n.º 104); João Baptista Henriques, *Chorographia Lusitana e Republica Portuguesa*, Lisboa, 1691 (ms. n.º 38); Fr. Josephus a Divo Laurentio, *Monumenta Selecta ou Descrição de algumas inscrições, moedas e monumentos da época romana encontrados em diversos pontos do paiz*, 1780, códice alcobacense (ms. n.º 395); D. José Cornide y Saavedra, *Inscripções Lapidares de Varias Cidades Villas e Lugares do Reino de Portugal Colligidas por Dom Jose Cornide* (ms. n.º 476); Francisco Martins de Andrade, *Memoria acerca duns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa*, 1859; António Coelho Gasco, *Primeira parte das antiguidades da muy noble Cidade de Lisboa, Império do Mundo e Princesa do Mar Oceano* (ms. n.º 814). Existe uma cópia na Biblioteca da Universidade de Coimbra que foi impressa no seu *Archivo Bibliographico*, vols. IX-XII, anos de 1910-1913, de que se fez separata, em 1924.

(18) Vede D. Francisco Perez Bayer, *Extracto da viagem que fez a Portugal em 1782 e das inscrições que encontrou o Ilmo. e Rmo. D. Francisco Peres Bayer, copiado por Vicente Salgado*, 1799; Fr. Vicente Salgado, *Collecção dos Monumentos Romanos descobertos em Portugal, e extrahidos de vários autores e da curiosidade do collector o R. P. Fr. Vicente Salgado no anno de 1796* (ms. n.º 592) *cf.* o maço de manuscritos, cota n.º 817; António Joaquim Moreira, *Colecção de Epitaphios, Inscripções e Lettreiros em 9 volumes, Lisboa 1864, mss.*, 228-231.

(19) Vede o volume V de *Rerum Lusitanicarum — Commentarij Per Italia, Francia, Spagna e Portogallo, Overo Relazione del Viaggio de Sig.ri Capri. Tron e Lippomani Eletti Ambasciatori dalla Repca. Veneta al Re Cattolico Per complimentare Sua Maestá Per la conquista Di Portogallo Panno M. D. L XXXI.*

(20) Vede António Coelho Gasco, na nota 17, no fim.

(21) Vede Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, códice com o título *Album de Antiguidades Lusitanas e Luso-Romanas... de D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas Boas...*

(22) *Idem.*

(23) Vede nota 7.

(24) Vede a nota anterior.

(25) *Epigrammata antiquae Urbis Romae*, 1521.

(26) Vede *Viaje Topografico desde Granada a Lisboa*, p. 34, n.º 5. O autor usou o pseudónimo de Anastasio Franco y Bebrinsaez.

(27) Aem. Hübner, *op. cit.*, p. VII.

(28) A tribo *Galéria* correspondia a várias cidades da Bética, Lusitânia e Tarraconense. Havia, ainda, as tribos *Aniense*, *Sérgia* e *Velina*, correspondentes a outras cidades da Hispânia. A *Aniense* correspondia a Caesaraugusta, na Tarraconense; a *Sérgia*, pelo menos, a Itálica e Tucci, na Bética e Cartago Nova, na Tarraconense; a *Velina*, a Palma e Pollentia, na Tarraconense.

(29) Vede nota 14.

(30) Os manuscritos de Resende perderam-se, ao que parece, devido ao terramoto de 1755. D. Rodrigo da Cunha e Luís Marinho de Azevedo, cre-se, conheceram-nos e serviram-se deles.

(31) Vede, *mei*, *OP RTP (Origens Pré-Romanas da Toponímia Portuguesa)*.

- (32) Vede nota 28.
- (33) Vede nota 17.
- (34) Vede Aem. Hübner, *op. cit.*, p. IX, n.º 14.
- (35) Aem. Hübner, *op. cit.*, p. ... LXXXI.
- (36) *Coronica General de España que continuava Ambrosio de Morales, prossiguendo adelante de los cinco libros, que el Maestro Florian de Ocampo dexó escritos*, Alcalá de Henares, 1574.
- (37) *Inscriptiones veteres in Hispania repertas, collectas, digestas et nuno primum in lucem editas*, Bâle 1596. Vede Aem. Hübner, *op. cit.*, p. XVII, n.º 43.
- (38) O segundo foi o Dr. João de Barros. Vede notas 17 e 33.
- (39) Vede *Monarchia Lusytana, Primeira Parte*, 1.ª edição, Ano de 1597 — *Segunda Parte*, 1.ª edição 1609.
- (40) *Historia de Toledo*, ms. da Biblioteca da Academia da História de Madrid. Vede Augusto Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944, p. 302.
- (41) Aem. Hübner, *op. cit.*, p. XIX, n.º 48, *etiam*, págs. 28 e 30, n.ºs 208, 233 e 246; e 692; n.ºs 208 e 223.
- (42) *Hispania sive Populorum, Urbium, Insularum, ac Fluminum in ea accuratior Descriptio*, 1607, ap. André Shotto, *Hispaniae Illustratae...*, tomo IV, Francfort 1608, p. 373 e segs.
- (43) Vede *Thesaurus Inscriptionum*. Heidelberg. 1601; 2.ª edição, de 1616, com o título *Inscriptiones Romanorum Corpus Absolutissimum*; 3.ª edição, de 1707, de Amstelaedami, com o título *Inscriptiones Antiquae Totius Orbis Romani in Absolutissimum Corpus Redactae... denuo cura viri summi Joannis georgit graevit reconstituae*.
- (44) Vede nota 17.
- (45) *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642.
- (46) *Primeira Parte da Fundação, Antiguidades e Grandezas da mui insigne cidade de Lisboa...* Lisboa 1652.
- (47) *Anamnesis sive Commemorationis Sanctorum Hispanorum ad ordinem, & methodum Martyrologii Romani, quo utilis Ecclesia Catholica*. Lugduni 1658.
- (48) *Agiologio Lusitano...*, Lisboa 1657, tomo II, p. 31.
- (49) *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarca S.º Agostinho*, Lisboa 1668, 2.ª Parte, Livro VIII, p. 105.
- (50) *Ap.* Aem. Hübner, *op. cit.*, p. 30, n.º 246.
- (51) Vede nota 6. A respeito dos deuses *lares*, vede ps. 134-278, e, *mai*, *Origem de Lisboa* ps. 125-126.
- (52) Vede nota 17.
- (53) *Carta do padre D. Thomaz Caietano de Ben, Clerigo Regular, a hum seu amigo Acerca de huns Monumentos Romanos descubertos no sitio das Pedras Negras*, ap. Cristóvão Rodrigues de Oliveira. *Summario*, 2.ª edição. Vede Augusto Vieira da Silva, *op. cit.*, págs. 240 e 291.





# A VOZ DA CIDADE

## PROGRAMA DE JULHO

### DIA 4

- *Edital* — Elogio de Lisboa.
- *As Pedrinhas da Calçada de Santos* — Crónica sobre uma lenda antiga.
- *As festas deixaram saudades* — Sobre as festas populares de Junho.
- *O Novo Mata-douro dos Olivais é inaugurado em Outubro* — Sobre a visita dos Presidentes das Câmaras limítrofes ao edifício dos Olivais.
- *O Terreiro do Paço* — Descrição do local.

### DIA 11

- *Edital* — Sobre o Palácio dos Machadinhos na Madragoa.
- *Uma figura da Lisboa de outros tempos* — (O Pai dos Velhacos).
- *Ritmo da Cidade* — (as palavras de Gilberto Freire).
- *Ao serviço do Município, A Bem da Cidade* — Homenagem ao Dr. João Inácio Lopes Ribeiro.
- *A sineta velhinha* — Sobre (A Sineta de S. Crispim).

DIA 18

- *Edital* — Sobre as regras de trânsito.
- *A Calçada do Correio-Velho e os famosos bailes do Conde de Penafiel* — Reportagem sobre o palácio que contorna as Ruas de S. Mamede e das Pedras Negras.
- *Prosseguem com o maior êxito os concertos oferecidos pelo Município ao público da Capital* — Sobre o concerto do dia 16.
- *Noticias diversas* — Diversas notas enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *Uma justa homenagem ao Sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto, ilustre Presidente da C. M. L.* — Refere-se à entrega das insígnias da Comenda da Legião de Honra ao Sr. Presidente do Município.
- *Eivados suspensos do céu* — Descrição poética da Cidade.

DIA 25

- *Edital* — Convidando o lisboeta a dar um passeio pela Cidade.
- *Lisboa e o Conde de Monsaraz* — Sobre a homenagem prestada pela Câmara ao poeta.
- *Noticias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *Concertos musicais em Lisboa* — Sobre os concertos promovidos pelo Município.
- *O Braço das Escolas Gerais* — Sobre as casas brazonadas de Lisboa.

PROGRAMA DE AGOSTO

DIA 1

- *Edital* — Sobre a limpeza da Cidade.
- *Uma rua de Lisboa* — Breve história da Rua da Palma.
- *As ruas e os homens* — Sobre a Rua dos Fanqueiros.
- *A renovação dos pavimentos das ruas lisboetas* — Notícias enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *A modernização de Lisboa* — Sobre a evolução da Cidade nos últimos 50 anos.
- *Prosseguem no Pavilhão dos Desportos os sensacionais concertos oferecidos ao público de Lisboa pelo Município da Capital* — Notícia sobre os concertos.
- *Uma justa homenagem dos bairros de Lisboa ao Presidente e Vice-Presidente do Município* — Notícia sobre a homenagem prestada pelas colectividades de Recreio.

DIA 8

- *Edital* — Sobre a visita dos turistas a Lisboa.
- *Música entre as flores* — Notícia sobre os concertos na Estufa Fria.
- *As portas de Lisboa* — Reportagem sobre as portas da Cidade.
- *Veja se é bom lisboeta* — Questionário sobre diversos assuntos da Cidade.
- *O chafariz das pombas* — Sobre o chafariz do Largo do Carmo.

DIA 15

- *Edital* — Sobre diversos arranjos da Cidade.
- *A Feira Popular de Lisboa* — Notícia sobre o pavilhão da Câmara Municipal de Lisboa.
- *Lisboa de ontem . . . A Cidade nova* — Sobre os trabalhos de transformação da Mouraria.
- *Jardins da Cidade* — Sobre um artigo de Gilberto Freire publicado no *Diário Popular*.
- *As colinas sagradas* — Sobre as colinas de Lisboa.

DIA 22

- *Edital* — Sobre a Torre de Belém.
- *A acção cultural do Município* — Refere-se a diversas iniciativas culturais da Câmara.
- *O 21.º Congresso de Urbanismo* — Sobre o significado do Congresso.
- *A linda que dorme na Sé* — Reportagem sobre o túmulo de D. Maria de Vilalobos.

DIA 29

- *Edital* — Sobre Lisboa.
- *Lisboa e os estrangeiros que a visitam* — Opinião, sobre a Cidade, da jornalista francesa Violaine Miletich.
- *Veias da Cidade* — Notícia sobre o Metropolitano.
- *Degraus e colinas* — Sobre o pitoresco de Lisboa.
- *O Mosteiro da Infanta* — Evocação histórica.

PROGRAMA DE SETEMBRO

DIA 5

- *Edital* — Sobre o bairro de Alcântara.
- *A vida não pára* — Sobre os relógios de Lisboa.
- *Passeio na Cidade* — Sobre visitas a fazer em Lisboa.
- *O Rossio, sala de visitas de Lisboa* — Descrição histórica da Praça D. Pedro IV.
- *Os Arcos de Alfama* — Descrição pitoresca.

DIA 12

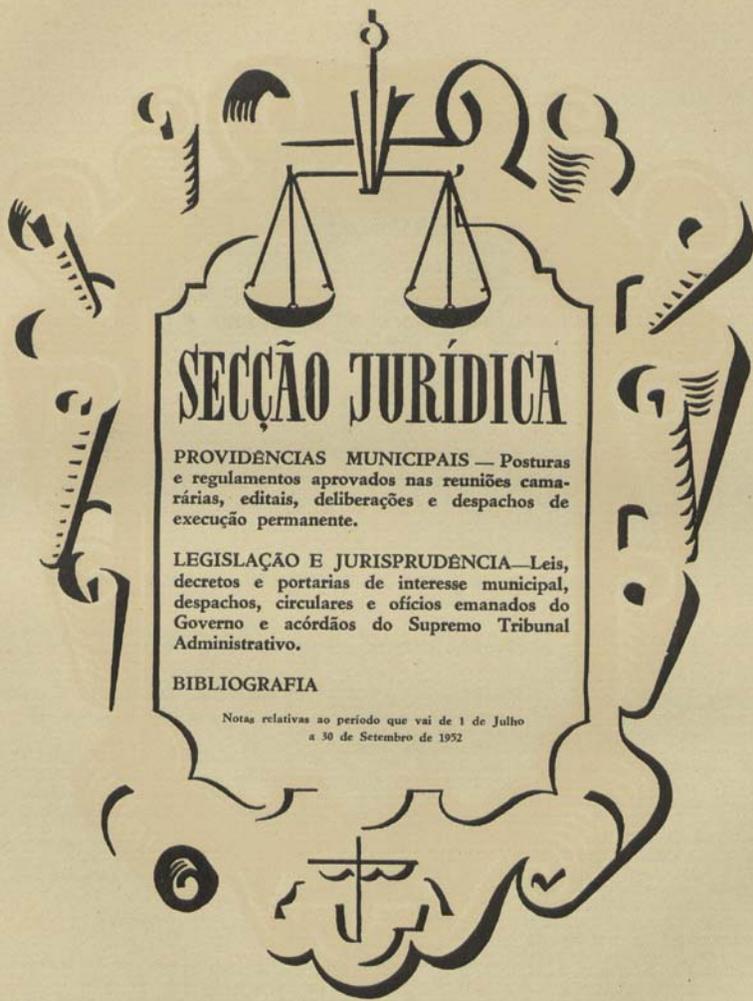
- *Edital* — Sobre o Palácio do Machadinho.
- *Paisagem alfacinha* — Sobre diversos assuntos de Lisboa.
- *Uma figura de Lisboa* — «O Pai dos Velhacos» (repetição).
- *Ritmo da Cidade* — Sobre as palavras de Gilberto Freire.
- *Vem aí a Feira da Luz* — Notícia e descrição da feira.
- *Ao serviço do Município* — *A Bem da Cidade* — Sobre a aposentação do Sr. Dr. João Inácio Lopes Ribeiro (repetição).
- *A sineta de S. Crispim* — Evocação turística (repetição).

DIA 19

- *Edital* — Sobre o trânsito.
- *Falemos de Alfama* — Notícia descritiva.
- *Notícias da Cidade* — Várias notícias enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *O Cruzeiro de Arroios* — Descrição histórica.

DIA 26

- *Edital* — Diversas notícias enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *Na Lisboa de há 700 anos* — Sobre a data em que entraram em Lisboa os restos mortais de São Vicente.
- *Notícias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *Lisboa, anfiteatro internacional* — Sobre vários congressos e visitas.
- *Os Fiéis de Deus* — Descrição poética de Lisboa.



## SECÇÃO JURÍDICA

PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS — Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias, editais, deliberações e despachos de execução permanente.

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA — Leis, decretos e portarias de interesse municipal, despachos, circulares e ofícios emanados do Governo e acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

### BIBLIOGRAFIA

Notas relativas ao período que vai de 1 de Julho  
a 30 de Setembro de 1952



# Providências Municipais

## Posturas, editais e regulamentos

1 de Julho a 30 de Setembro de 1952

### Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias

De 17/7 — Nova redacção da Postura de 2 de Maio de 1929 «Transporte de carnes verdes, frigorificadas e miudezas de animais de talho».

\* Pedidos de reinspecção de reses destinadas a consumo.

\* Nova redacção da alínea b) da Postura de 7 de Dezembro de 1948 — Edital de 4 de Fevereiro de 1949 (Área de protecção dos mercados).

### Editais

De 11/7 — Indica os dias e horas designados para a escolha dos representantes dos contribuintes na fixação do rendimento tributável — Contribuição Industrial, grupo C — (art. 6.º do Decreto-Lei 24.916, de 10/1/1935).

De 14/7 — Faz público que o lançamento do «Imposto para o serviço de incêndios — prédios urbanos», relativo ao ano de 1951, está patente de 1 a 8 de Agosto.

De 19/7 — Publica a nova redacção dada à Postura de 2/5/1929 — «Transporte de carnes verdes, frigorificadas e miudezas de animais de talho» aprovada por deliberação de 17/7/1952.

De 29/7 — Faz público que por deliberação de 17/7/1952 foi dada nova redacção a alínea b) da Postura de 7/12/1948 — Edital de 4/2/1949 (Área de protecção dos mercados).

De 31/7 — Faz saber que deverão sofrer as obras de beneficiação a que se referem os artigos 209.º e seguintes da Postura de 28/8/1930 — Edital de 6/12/1930 — até 30/9/1952, os prédios situados nas freguesias da Ajuda, Alcântara, Belém e Santos.

De 20/9 — Faz público que o lançamento do «Imposto para o serviço de incêndios — Estabelecimentos comerciais ou industriais», relativo ao ano de 1952, está patente de 1 a 8 do próximo mês de Outubro.

### Deliberações da Câmara Municipal de Lisboa

De 17/7 — Estabelecendo a área de protecção do novo mercado municipal (Alcântara).

De 18/9 — Autorizando o Presidente a confessar o recurso administrativo n.º 1.714.

**Despachos do Presidente da Câmara  
Municipal de Lisboa**

**Diário Municipal n.º 5.172, de 22/7** — Aprova as condições especiais de alienação de seis lotes de terreno municipal, situados na Encosta da Ajuda e destinados à construção de moradias; de dois lotes, situados na Rua Frei Tomé de Jesus, da Célula 7, do Sítio de Alvalade, destinados à construção de moradias unifamiliares; de cinco lotes de terreno, situados na Praça das Águas Livres, destinados a prédios de tipo médio, e de cinco lotes, situados no arruamento paralelo ao caminho de ferro, no Sítio de Alvalade, destinados à construção de prédios de renda limitada.

**D. M. n.º 5.181, de 1/8** — Aprova as condições especiais de alienação de três lotes de terreno, situados no arruamento paralelo ao caminho de ferro no Sítio de Alvalade, destinados à construção de prédios de renda limitada, e de três lotes na Encosta da Ajuda, destinados à construção de moradias.

**D. M. n.º 5.182, de 2/8** — Determina que, em todos os Serviços Municipais, seja dada prioridade à apreciação dos pedidos de licença de obras das companhias concessionárias de serviços públicos.

**D. M. n.º 5.195, de 19/8** — Aprova as normas a observar na contagem de tempo de serviço para aposentação.





# Legislação e Jurisprudência

I

## Leis, decretos e portarias de interesse municipal

1 de Julho a 30 de Setembro de 1952

**Do Ministério da Economia** — Declaração de ter sido aprovado por despacho de 25/4, do Subsecretário do Estado da Agricultura, o «Regulamento para o abastecimento de leite à Cidade de Lisboa e demais centros populacionais abrangidos pela respectiva zona abastecedoras». (*D. G., I Série, n.º 151, de 8/7*).

**Do Ministério do Interior** — *Portaria de 15/7* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a vender, com dispensa de hasta pública, à Liga Nacional de Defesa dos Animais um lote de terreno com a área de 2.263 m. q. situado junto à Estrada dos Garridos. (*D. G., II Série, n.º 172, de 22/7 e D. M., n.º 5.176, de 26/7*).

**Do Conselho de Ministros** — *Despacho de 25/7* — Esclarece a aplicabilidade do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 26.115, de 23/11/935, aos funcionários já nomeados à data de 1/1/936. (*D. G., I Série, n.º 164, de 28/7*).

**De 31/7** — *Decreto-Lei n.º 38.845* — Adita um parágrafo ao artigo 13.º do Decreto com força de lei n.º 18.748, de 18/3/931, que estabelece as condições reguladoras da comparência dos funcionários e das suas faltas ao serviço.

\* *Decreto-Lei n.º 38.846* — Introduce alterações ao Estatuto dos Tribunais de Trabalho, no Código do processo nos Tribunais de Trabalho e na Tabela das custas judiciais, aprovados, respectivamente, pelos Decretos-Leis n.ºs 30.999, 30.910 e 30.911 — Revoga os §§ 1.º e 3.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.911. (*D. G., I Série, n.º 167*).

**Do Ministério do Interior** — *Portaria de 18/8* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a vender, com dispensa de hasta pública, à Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, três lotes de terreno no Bairro de Alvalade. (*D. G., II Série, n.º 191, de 13/8*).

**De 29/8** — *Decreto n.º 38.888* — Dá nova redacção ao artigo 123.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38.382, de 7/8/951.

## Despachos, circulares e officios emanados do Governo

1 de Julho a 30 de Setembro de 1952

## 2) — Circulares

## a) Direcção-Geral de Administração Política e Civil

De 7/8 — N.º R-1/15, L.º 9-A, 2.ª Repartição — Foi levantada a questão sobre se, para efeito do cumprimento do disposto no § 1.º do artigo 135.º do Decreto n.º 16.731, de 13 de Abril de 1929, só é de exigir a exhibição do conhecimento do imposto profissional, ou também o da contribuição industrial, aos electricistas que, fora das horas normais de trabalho nos estabelecimentos a que estão vinculados por contrato, exercem a profissão por sua conta. A dúvida suscitou-se a propósito de montagens de instalações eléctricas e de assinatura dos termos de responsabilidade a que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29.944, de 27 de Setembro de 1939.

O assunto foi submetido à consideração da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, que emitiu parecer, com o qual concordou S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento, por despacho de 26 de Março último, no sentido de que os electricistas tanto podem estar sujeitos a contribuição industrial, como a imposto profissional, e até aos dois conjuntamente, bastando, para isso, que exerçam a profissão por conta de outrem e por sua conta.

Assim, e tendo em vista as disposições do citado decreto n.º 16.731, o conhecimento da contribuição industrial deve ser exhibido não só pelos electricistas que possuem estabelecimentos, mas também por todos os que, fora das horas normais de trabalho dos estabelecimentos onde se encontram empregados exerçam o officio por sua conta. (*Diário Municipal n.º 5.211, de 6/9*).

De 28/8 — N.º R-4/22, L.º 9-A, 2.ª Repartição — Suscitaram-se dúvidas acerca do momento em que deve proceder-se à liquidação do imposto do selo devido pelo chefe da secretaria quanto aos emolumentos que lhe pertencem na qualidade de notário privativo.

Como as despesas a pagar pelos interessados em relação aos actos notariais realizados em cada mês, são entregues directamente na tesouraria mediante guia m/7 processada na secretaria, o referido funcionário só pode receber os respectivos emolumentos no mês seguinte.

Não parecia, pois, curial que o imposto do selo respectivo fosse liquidado em função dos emolumentos correspondentes a cada acto praticado, *considerado isoladamente*, em lugar de tal liquidação corresponder à importância apurada *no final do mês* e que efectivamente vem a ser recebida.

Assim, esta Direcção-Geral, de harmonia, aliás, com a doutrina da circular n.º B-4/8, de 6 de Março de 1947, que regula a forma de contabilizar o produto das multas, entende que os descontos a efectuar sobre os emolumentos notariais, incluindo o imposto do selo, devem ser liquidados em relação à importância total efectivamente recebida pelo funcionário em cada mês, solução esta que a Inspeção-Geral de Finanças igualmente admite. (*Diário Municipal n.º 5.919, de 16/9*).

De 13/9 — N.º Z-1/71, L.º 9-A, 2.ª Repartição — Nos termos do artigo 39.º e seu § único do Decreto n.º 27.759, de 16 de Junho de 1937, terminado o prazo para requerer a admissão a concursos para o quadro geral administrativo dos serviços externos desta Direcção-Geral, ou para os quadros privativos, deve proceder-se à publicação das listas provisórias, indicando, separadamente:

a) Os candidatos desde logo admitidos, por terem junto todos os documentos necessários e se verificar que satisfazem aos requisitos legais;

b) Os candidatos aos quais faltem documentos ou cuja documentação apresente qualquer deficiência, mencionando-se expressamente tais faltas ou deficiências;

c) Os candidatos que se entenda não satisfizerem aos requisitos legais e que, por consequência, devam ser excluídos. Quanto a estes, também se deverá indicar os motivos da exclusão.

No prazo de oito dias a partir da publicação das listas provisórias no *Diário do Governo*, podem os candidatos referidos nas alíneas b) e c), respectivamente, suprir as deficiências dos processos ou reclamar contra a exclusão.

Como é óbvio, com o procedimento previsto no citado artigo 39.º e seu § único, procura-se facilitar a admissão aos concursos de todos os candidatos nas condições legais, evitando que, por mero lapso ou ignorância das disposições em vigor, tenha de se excluir qualquer deles. Aliás, outra atitude não seria admissível por parte da Administração, à qual só deve interessar que se admita aos concursos o maior número possível de candidatos, como meio de assegurar o melhor recrutamento para os cargos públicos.

Sucedo, porém, que algumas câmaras municipais têm entendido que o § único do artigo 39.º do Decreto n.º 27.759 não é aplicável aos concursos para provimento de cargos dos serviços especiais, daí resultando excluírem-se candidatos por falta de reconhecimento de uma assinatura, por deficiência de selo em qualquer documento ou por outras feitas que viriam a ser supridas se os interessados fossem avisados nesse sentido.

Tal entendimento não se concilia, porém, com a razão de interesse público acima mencionada, e, no que se refere, em especial, aos concursos para médicos e veterinários municipais é repelida pelo disposto no § 2.º do artigo 2.º do artigo 634.º e no artigo 644.º do Código Administrativo.

Nestes termos, e tendo em vista o preceituado no artigo 377.º do mesmo Código, encarrega-me S. Ex.ª o Ministro de solicitar a V. Ex.ª se digne esclarecer os corpos administrativos de que deve considerar-se aplicável aos concursos para provimento de cargos dos serviços especiais o regime prescrito no artigo 39.º e seu § único, do Decreto n.º 27.759, de 16 de Junho de 1937.

### III

## Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

Publicados de 1 de Julho a 30 de Setembro de 1952

**De 25/4** — Em segundo lugar, articulou-se a falta de inquirição de duas testemunhas como causa de nulidade do processo disciplinar.

Este mostra, a fls. 121, que para o depoimento das duas referidas testemunhas foi requirida ao Comando da Polícia de Segurança Pública de Guimarães a sua notificação e consta do mesmo processo, por declaração nele exarada do inquiridor, que essas testemunhas estavam ausentes de Guimarães; a primeira não tinha ainda regressado de Roma, para onde partira (fls. 125-v.), a segunda por se encontrar ausente em Viana do Castelo (fls. 127).

Pretende o recorrente que a verificação da ausência dessas testemunhas e a consequente impossibilidade de deporem tinha de constar autenticamente do processo e que a omissão dessa formalidade levava a concluir que as referidas testemunhas não haviam sido competentemente notificadas.

Mas, como já se acentuou, a ausência das aludidas testemunhas consta por forma autêntica do processo disciplinar (art. 528.º do Código de Processo Civil e art. 2.422.º do Código Civil) e a ilação que o recorrente tira não cabe na premissa em que assentou.

Com efeito, uma vez que não se arguiu a falsidade da declaração sobre a ausência, nem se afirma que as testemunhas faltosas se encontravam em Guimarães, impõe-se concluir que a arguição do recorrente se reduz apenas à exigência duma formalidade (porventura a certidão da notificação) que a índole do processo disciplinar não comporta, porquanto este processo é de investigação sumária e a forma dos actos, quando não esteja expressamente regulada na lei, ajustar-se-á ao indispensável para atingir essa finalidade (art. 28.º e § 1.º do Estatuto).

E, tendo-se procedido, como se procedeu, à requisição das testemunhas cumpriram-se as formalidades prescritas na lei. (*D. G., II Série, n.º 213, de 9/9*).

**De 8/5** — Para efeitos da aplicação de penas, o procedimento disciplinar é independente do processo criminal. (*D. G., II Série, n.º 204, de 29/8*).

**De 9/5** — O art. 24.º das instruções aprovadas pela Portaria n.º 7.702, de 24 de Outubro de 1933 — e que são aplicáveis por analogia a todos os contratos administrativos de fornecimento —, dispõe que o Governo se reserva o direito de fazer a adjudicação ao concorrente que lhe ofereça maiores garantias, embora estabeleça a regra de que será feita ao concorrente que apresentar a proposta de menor preço.

Ao contrário do que sustenta o recorrente, não é necessária a inclusão desta reserva nas condições do caderno de encargos para que dela o Governo possa fazer uso.

As condições que obrigatoriamente têm de ser incluídas no caderno de encargos vêm enunciadas no art. 6.º, que no seu n.º 4.º manda incluir aquela em que o Governo se reserva o direito de não fazer a adjudicação se as condições das propostas lhe não convierem ou se presuma que houve conluio entre os arrematantes.

Não há analogia entre estas duas reservas.

Uma coisa é não fazer a adjudicação, outra o fazê-la ao concorrente que oferecer melhores garantias.

No primeiro caso o concurso fica sem efeito e inútil todo o trabalho e despesa dos concorrentes; noutro o concurso obteve o seu fim útil, que foi a escolha do candidato a quem se adjudicou o fornecimento.

Compreende-se que a lei obrigue à inserção da primeira reserva nas condições do caderno de encargos, visto que por via dela pode ficar sem efeito o concurso e inútil a actividade dos concorrentes.

Basta, porém, a exigência do despacho fundamentado para garantir a todos os concorrentes a imparcialidade do exame das suas propostas e a adjudicação, em regra ao concorrente da proposta de menor preço. (*D. G., II Série, n.º 222, de 19/9*).

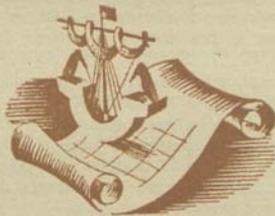
De 27/6 — O Decreto-Lei n.º 26.115, no art. 12.º, preceitua que os funcionários civis do Estado, quaisquer que sejam os serviços a que pertençam, serão, para efeitos de vencimento, distribuídos por grupos, designados pelas letras A a Z, e no § 2.º do mesmo artigo dispõe que a distribuição das várias categorias de funcionários pelos grupos estabelecidos, feita nos mapas anexos, faz parte integrante do mesmo diploma legal.

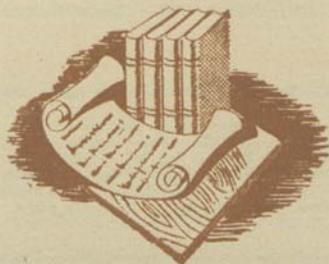
Destas disposições se conclui que se incluam no mesmo grupo os funcionários da mesma categoria, embora de serviços diferentes, e que lugares equivalentes são aqueles que estão incluídos no mesmo grupo, embora de organismos ou Ministérios diversos.

Com a distribuição por grupos, feita de harmonia com as disposições do referido decreto-lei, pretendeu o legislador acabar com a anomalia dos vencimentos que, além de outros casos, se manifestava no facto de funcionários de igual categoria receberem vencimentos desiguais.

A essa anomalia obviou repartindo os funcionários pelos diferentes grupos de vencimentos, de sorte que tivessem os mesmos vencimentos os funcionários da mesma categoria.

Dai, e como sempre se tem decidido neste Supremo Tribunal, terem de considerar-se, na falta de disposição expressa em contrário, da mesma categoria os lugares incluídos no mesmo grupo e de categoria diferente os incluídos em grupos distintos. (*D. G., II Série, n.º 193, de 16/8*).





# BIBLIOGRAFIA

Registo de publicações com interesse  
municipal entradas na Biblioteca Central

1 de Julho a 30 de Setembro de 1952

## Em Julho:

- Metropolitano de Lisboa — Relatório e Contas — Exercício de 1951.  
Supremo Tribunal Administrativo — Contencioso Administrativo — Coleção de Acórdãos — Vol. XV — 1949 — Imprensa Nacional.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 843 a 846 — Junho de 1952.  
Saneamento do leite que deve abastecer a cidade de Lisboa, pelo *dr. Manuel Amaro Martins* — Separata da Imprensa Médica — Lisboa, 1952.  
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.  
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim — Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento — Relatório e contas de gerência de 1951.  
Diário Municipal — N.ºs 5.104 a 5.153 — Maio de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.

## Em Agosto:

- O Concelho de Santo Tirso — Boletim Cultural — Vol. I — N.º 3 — 1952.  
Câmara Municipal de Meda — Postura sobre salubridade e limpeza — 1952.  
Câmara Municipal de Mafra — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório, Balanço e Contas — 1951.  
Inventário de Lisboa, por *Nerberto de Araújo* — Fasc. 9 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Lisboa — Catálogo da VII Exposição «A Imagem da Flora».  
Lisboa Capital das Águas, por *Amaro de Almeida*.  
Câmara Municipal de Lisboa — Contas do ano económico de 1951.  
Coisas e Loisas de Lisboa Antiga, por *Francisco Cândia* — Fasc. XIII.  
Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos — N.º 68 — Dezembro de 1950.

Câmara Municipal de Penafiel — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório e contas da gerência de 1951.

XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — Programa.

Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 847-850 — Julho de 1952.

Regulamento Policial do Mercado Municipal de Matosinhos — 1952.

Alguns desenhos inéditos de Lisboa em fins do Século XVIII, por *F. Cordeiro Blanco* e *Gustav de Matos Sequeira*.

«Olisipo» — Ano XV — N.º 59 — Julho de 1952.

Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.

Diário Municipal — N.ºs 5.154 a 5.180 — Julho de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.

#### Em Setembro:

Câmara Municipal de Matosinhos — Serviços Municipalizados de Aguas, Electricidade e Saneamento — Relatório e contas de 1951.

Coisas e Loisas de Lisboa Antiga, por *Francisco Cândia* — Fasc. XIV.

Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 851 a 855 — Agosto de 1952.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XV — Fascs. 1-2 — Março e Junho de 1952.

Câmara Municipal de Viana do Castelo — Serviços Municipalizados — Relatório e contas da gerência de 1951.

Lisboa Oito Séculos de História — Fasc. XVI — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.

Revista Municipal — Ano XII — N.ºs 51 e 52 — 4.º trimestre de 1951 e 1.º trimestre de 1952 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.

Regulamento para a liquidação e cobrança dos impostos municipais — Câmara Municipal de Lisboa.

Diário Municipal — N.ºs 5.181 a 5.205 — Agosto de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.

#### Revistas:

##### O Direito:

Ano 84.º — Fasc. 1 — Janeiro-Março de 1952.

##### Boletim do Ministério de Justiça:

N.º 30 — Maio de 1952.





municipio  
de Cispoda